

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SECTOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA

**Avaliação de Impacto Ambiental:  
uma análise comparativa dos  
processos em Moçambique e  
Brasil**

Curitiba  
Junho 2005

LUCIANA SILVA DOS SANTOS

**Avaliação de Impacto Ambiental:  
uma análise comparativa dos  
processos em Moçambique e  
Brasil**

Monografia apresentada para obtenção do  
grau de bacharel em Ciências Biológicas,  
pelo departamento de Zoologia da  
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Professor José Marcelo  
Rocha Aranha

Curitiba  
Junho 2005

À minha família que apesar de distante sempre se mostrou presente, e principalmente aos meus pais que sem eles eu não estaria aqui.

**“O importante não é a casa onde moramos. Mas, onde em nós, a casa mora”. Mia Couto**

A minha casa são vocês, sempre dentro do meu coração.

**“Moçambique: essa imensa varanda sobre o Índico...”**  
**Eduardo Lourenço, na despedida de Maputo, em 1995**

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AIA</b>	Avaliação de Impacto Ambiental
<b>BR</b>	Boletim da República
<b>CNA</b>	Conselho Nacional do Ambiente
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>CONSEMA</b>	Conselho Estadual do Meio Ambiente
<b>DNAIA</b>	Direção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental
<b>EAS</b>	Estudo Ambiental Simplificado
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>FNMA</b>	Fundo Nacional do Meio Ambiente
<b>FUNAB</b>	Fundo Nacional do Ambiente
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
<b>IUCN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>INPF</b>	Instituto Nacional de Planejamento Físico
<b>MICOA</b>	Ministério de Coordenação Ambiental
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>NEPA</b>	National Environmental Policy Act
<b>OEMA</b>	Órgão Estadual do Meio Ambiente
<b>PA&amp;Is</b>	Parte Afetadas e Interessadas
<b>PCA</b>	Plano de Controle Ambiental
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>PRAD</b>	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
<b>RAP</b>	Relatório Ambiental Preliminar
<b>RCA</b>	Relatório de Controle Ambiental
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>SEMA</b>	Secretaria Especial do Meio Ambiente
<b>SISNAMA</b>	Sistema Nacional do Meio Ambiente
<b>TdR</b>	Termos de Referência

## RESUMO

O processo de Avaliação de Impacto Ambiental vem sendo utilizado em todo mundo como uma ferramenta para assegurar o desenvolvimento sustentável.

Moçambique e Brasil são países que pertencem a realidades econômicas, sociais e ambientais distintas, bem como geográficas.

O Brasil, por ser um Estado Federativo apresenta uma maior complexidade de órgãos, instituições e leis ambientais que Moçambique, onde o governo é mais centralizado e onde o Ministério do Ambiente aparece como coordenador das diversas instituições que abrangem assuntos do meio ambiente.

Ambos utilizam a AIA como instrumento de política de meio ambiente, embora o Brasil tenha instituído esta política em 1981 pela lei 6.938/81 e Moçambique a tenha instituído apenas em 1995 através da Resolução nº 5/95.

O processo de AIA nos 2 países segue um padrão internacional padronizado em todo o mundo devido à influência normalizadora de instituições como o Banco Mundial, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

As etapas principais do processo nos 2 países são: "screening", "scoping", EIA, análise e revisão do EIA/RIMA, emissão de licenças, participação pública, monitoramento e auditoria ambiental. Foi descrita cada uma das etapas, e no final foi feita uma análise comparativa dos 2 processos.

Embora ambos os países se orientem pelo padrão internacional, existem algumas diferenças significativas com relação a algumas das etapas do processo: a participação pública em Moçambique é obrigatória por lei e deve ocorrer ao longo de todo o processo de AIA, no Brasil esta não tem carácter obrigatório e ocorre apenas no fim do processo; a emissão de licenças onde em Moçambique é emitida apenas 1 licença ambiental comprovando a viabilidade do projeto, e no Brasil são necessárias 3 licenças ambientais para comprovar a viabilidade do projeto; e a auditoria ambiental tida como um processo à parte da AIA em Moçambique, com regulamento específico, e no Brasil tida como etapa final do processo de AIA.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1 Contextualização do tema .....	3
1.2 O que é Avaliação de Impacto Ambiental? .....	6
1.3 Evolução histórica da AIA .....	7
<b>2. OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
<b>3. MÉTODOS.....</b>	<b>9</b>
<b>4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E LEGAIS .....</b>	<b>10</b>
4.1 Perfil institucional e legal em Moçambique .....	11
4.2 Perfil institucional e legal no Brasil .....	15
<b>5. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL.....</b>	<b>20</b>
5.1 Atividades que requerem uma Avaliação de Impacto Ambiental .....	25
5.2 “Screening” .....	27
5.3 “Scoping” .....	31
5.4 EIA .....	34
5.5 Análise e Revisão do EIA/RIMA .....	42
5.5.1 Emissão de licenças .....	44
5.6 Participação pública .....	45
5.7 Monitoramento .....	48
5.8 Auditoria Ambiental .....	49
<b>6. DISCUSSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>7. CONCLUSÕES .....</b>	<b>56</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## **LISTA QUADROS E FIGURAS**

Figura 1. Mapa e localização geográfica de Moçambique .....	4
Figura 2. Mapa e localização geográfica do Brasil .....	5
Figura 3: Sumário do processo AIA .....	21
Figura 4: Sumário do processo de AIA em Moçambique.....	22
Figura 5: Sumário do processo de AIA no Brasil .....	23
Quadro 1: roteiro para a elaboração de um EIA em Moçambique.....	36
Quadro 3: Objetivos e promessas dos níveis de participação pública.....	46
Quadro 4: Comparação do processo de AIA em Moçambique e no Brasil.....	52

## **ANEXOS**

- Anexo I:** Lei nº 20/97 – Lei do Ambiente (Moçambique)
- Anexo II:** Decreto 45/2004 – Regulamento sobre o processo de AIA (Moçambique)
- Anexo III:** Resolução 001/86 do CONAMA (Brasil)



# 1. INTRODUÇÃO

## ***1.1 Contextualização do tema***

A preocupação crescente face aos problemas ambientais vem exercendo uma grande pressão para proteção e conservação do meio ambiente, tanto físico como sócio-económico. Qualquer atividade pública ou privada que direta ou indiretamente possa influir nas componentes ambientais necessita de uma Avaliação de Impacto Ambiental.

De acordo com Oliveira e Bursztyn (2001), a avaliação das obras públicas e privadas, até á década de 60, baseava-se exclusivamente em critérios puramente técnicos e económicos, visando a maximizar os resultados esperados. Não havia nenhuma preocupação com os impactos ambientais e sociais decorrentes dessas ações, o que acarretou o crescimento da degradação dos recursos naturais e queda no nível de bem-estar da população.

Moçambique é um país localizado no litoral sudeste da África (Fig 1). Faz fronteira a sul com a África do Sul e a Swazilândia, a oeste com o Zimbabwe, Malawi e Zâmbia, a norte com a Tanzânia e a este com o oceano Indico. Conta com uma superfície de 800 mil km<sup>2</sup> e com uma população de 19 milhões com expectativa de atingir 23.8 milhões no ano de 2015 com um crescimento populacional de 2% ao ano. A taxa de prevalência do HIV/AIDS em adultos (15-49 anos de idade) é de 14.9% segundo dados recentes de 2004 o que levou à queda da expectativa de vida para cerca de 38 anos (Banco Mundial, 2000).

A maior parte da população, cerca de 70%, vive no campo sendo que mais de 80% dos cidadãos praticam agricultura de subsistência. Apenas 32% da população têm acesso a água potável, e o PIB é de \$ 3.6 bilhões.



Figura 1. Mapa e localização geográfica de Moçambique

Fonte: [http://www.geolinguagem.org/imagens/mapa\\_mocambique.jpg](http://www.geolinguagem.org/imagens/mapa_mocambique.jpg)

Moçambique esteve durante séculos sob a administração portuguesa, tendo conseguido a independência em junho de 1975 após uma longa guerra pela independência. Porém, o período pós-independência foi relativamente curto tendo se iniciado um conflito armado entre os partidos políticos que durou 14 anos (1978-1992).

É um país vasto e rico em recursos naturais com uma grande variedade de ecossistemas e habitats. As riquezas de Moçambique, graças à sua localização geográfica, consistem potencial agrícola, nos recursos florestais e faunísticos, pesqueiros, hídricos e minerais bem como no enorme potencial turístico. No entanto muita desta riqueza foi destruída durante o conflito armado e muitas áreas de proteção tiveram a sua fauna dizimada pela caça furtiva na procura de carne e troféus de caça. Foi apenas alguns anos após o acordo de paz (em 1992) que se começaram a implementar leis e políticas ambientais que permitiram um controle da destruição dos recursos naturais do país que estava sendo feita. Além do problema do conflito armado existem ainda uma série de problemas relacionados com a biodiversidade em Moçambique, entre eles: exploração insustentável dos recursos naturais, ocorrência de cheias e secas (calamidades naturais), destruição ambiental causada pelo crescimento urbano etc (Hatton *et al.*, 2003).

Sendo um país em desenvolvimento o seu objetivo primário está focado na redução da pobreza e num rápido crescimento econômico. Para atingir este objetivo é necessário desenvolver-se atividades que contribuam para a utilização racional dos recursos naturais e que ajudem na manutenção do equilíbrio ambiental.

O Brasil, com uma superfície de 8.511.596,3 km<sup>2</sup> abrange desde regiões equatoriais ao norte até áreas extratropicais ao sul, diferenciadas climática e geomorfologicamente, com uma extraordinária diversidade ecológica (Fig.2). No Brasil, a utilização do meio ambiente caracterizou-se pela exploração desordenada e predatória. Ainda no século XIX a expansão das atividades agrícolas e pecuárias ignorou qualquer cuidado com a proteção do meio ambiente, levando a destruição de áreas florestadas. Desde cedo foi incorporada à cultura brasileira a ideia de que a devastação da natureza e a poluição significam progresso e desenvolvimento (Andreolli, 2004).

Desde 1986, e de forma mais contundente na Constituição Federal editada em outubro de 1988, toda atividade que potencialmente possa produzir danos ambientais deve arcar com as medidas de mitigação dos impactos e de recuperação ambiental.



Figura 2. Mapa e localização geográfica do Brasil

Fonte: <http://www.mercuri.com.br/mapa-brasil-sulamerica.gif>

## **1.2 O que é Avaliação de Impacto Ambiental?**

De acordo com a política operacional OP 4.01 do Banco Mundial, avaliação de impacto ambiental (AIA) é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise depende da natureza, escala e impacto ambiental potencial do projeto proposto. Avalia os potenciais riscos ambientais do projeto na sua área de influência; procura alternativas ao projeto; identifica maneiras de melhorar a seleção, localização, planejamento, concepção e execução do projeto, através de medidas destinadas a evitar, minimizar, mitigar ou compensar os efeitos ambientais adversos, e otimizar os impactos positivos; e inclui o processo de mitigar e gerir os impactos ambientais adversos ao longo da execução de todo projeto.

A AIA está virada para o alcance e/ou apoio da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável (Ramasar *et al.*, 2003).

É considerado um instrumento de política ambiental consistindo num conjunto de estudos que envolve métodos e técnicas de gestão ambiental capazes de assegurar e avaliar, desde o início do projeto de desenvolvimento, a mitigação e o monitoramento dos impactos ambientais. Permite aprovar ou não a proposta do projeto e os seus resultados devem ser apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão (Ambiente Brasil, 2005)

O objetivo da AIA é duplo: minimizar ou evitar impactos ambientais adversos antes da sua ocorrência e incorporar aspetos ambientais no processo de tomada de decisão (Agência Canadense de Avaliação Ambiental, 2005)

Segundo os padrões de referência do Banco Mundial, todos os projetos devem realizar uma Avaliação Ambiental. Esta Avaliação Ambiental deve contemplar (OP 4.01, Banco Mundial, Janeiro 1999):

- Alternativas ao projeto;
- Avaliação de potenciais impactos ambientais (sobre os meios natural, social e de saúde pública) na área de influência do projeto;
- Identificação de melhorias na planificação, no desenho e na localização do projeto;

- Medidas para minimizar os impactos negativos e potenciar os impactos positivos;
- Gestão dos impactos negativos durante a implementação do projeto.

### **1.3 Evolução histórica da AIA**

Desde as décadas de 50 e 60 vem crescendo entre estudiosos, académicos e gestores públicos a necessidade urgente de criar novos instrumentos capazes de ampliar a eficiência dos antigos instrumentos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos. Na década de 60 surgiu o conceito utilizado ainda hoje de impacto sobre o meio ambiente. O detalhamento desse conceito levou à realização de uma avaliação com razoável margem de objetividade, passando a ser aceite socialmente e transformar-se em um instrumento do processo de política ambiental (Andreoli, 2004).

O processo de AIA surgiu nos EUA através da aplicação do *National Environmental Policy Act - NEPA* no início da década de 70. Foi primeiramente introduzida como um requisito político formal, que requeria a preparação de uma declaração de impacto ambiental para projetos suportados pelo governo federal, susceptíveis de causar danos ao ambiente. Espalhou-se rapidamente pelos outros países entre as décadas de 70 e 80 (países em desenvolvimento tais como Brasil, Filipinas, China e Indonésia) e é hoje utilizado amplamente e reconhecido internacionalmente. É considerada uma das inovações políticas mais bem sucedidas do século XX (Hambrey *et al.*, 2000).

Originalmente a AIA enfatizava apenas os impactos ecológicos, físicos e químicos de projectos individuais. No final da década de 70 início da década de 80 a AIA expandiu-se passando a abranger os impactos sócio-económicos e de saúde, com uma maior análise de risco para o meio ambiente, bem como a participação pública (Hambrey *et al.*, 2000).

Munn (1975) faz um esboço das principais características de uma AIA, conforme este processo já era entendido na época:

- Descrever a ação proposta bem como as alternativas;
- Prever a natureza e a magnitude dos efeitos ambientais;

- Identificar as preocupações humanas relevantes;
- Listar os indicadores de impacto a serem utilizados e para cada um definir sua magnitude;
- A partir dos valores previstos acima determinar os valores de cada indicador de impacto ou impacto ambiental total.

Nos anos 90, a AIA foi identificada como um mecanismo de implementação das convenções das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e diversidade biológica. Princípios de sustentabilidade e assuntos globais passaram a receber também uma maior atenção. Houve um aumento nos cursos de formação e de treinamento em AIA e a legislação sobre AIA passou a ser utilizada por vários países em desenvolvimento (UNEP, 1999).

O papel e a importância da AIA foram formalmente reconhecidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 no Rio de Janeiro. O princípio 17 da declaração da Rio 92 diz que a Avaliação de Impacto Ambiental deve ser realizada para todas as atividades susceptíveis de causar impactos adversos ao meio ambiente e que estão sujeitas a tomada de decisão pelas autoridades nacionais competentes (Hambrey *et al.*, 2000).

Na África, o processo de AIA vem sendo implementado como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável em diferentes países (Ramasar *et al.*, 2003).

O comprometimento dos países africanos ao princípio 17 da Rio-92 foi reafirmado na conferência de Durban, África do Sul em Junho de 1995.

A AIA foi estabelecida como procedimento de rotina em 24 países da África Sub-sahariana, incluindo Moçambique (Banco Mundial, 2005)

O Banco Mundial, em resposta à pressão de grupos ambientais e de desenvolvimento, adoptou os procedimentos da Avaliação de Impacto Ambiental em 1989, sendo estes posteriormente revistos em 1991 (World Bank Operational Directive 4.01).

Em Moçambique a Legislação Ambiental foi implementada em 1997 pela lei nº 20/97 de 01/10/1997 o regulamento sobre o processo de AIA é pela

primeira vez aprovado pelo decreto nº 76/98 de 29/12/1998 sendo posteriormente revogado em 2004 pelo Decreto 45/2004.

AIA no Brasil foi introduzida como instrumento de política no ano de 1981 na legislação federal pela lei nº 6.938 de 31/08/1981. Foi regulamentada pelo decreto nº 88.351 de 01/06/1983, e o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabeleceu as definições, as responsabilidades, as diretrizes e os critérios para a implantação da AIA pela resolução nº 001 de 23/01/1986.

## **2. OBJETIVOS**

O principal objetivo desta monografia é proceder a uma análise comparativa dos sistemas de Avaliação de Impacto Ambiental em Moçambique e no Brasil, desde o perfil institucional e legal de cada país até às diferentes etapas do processo Avaliação de Impacto Ambiental.

## **3. MÉTODOS**

O método adotado consiste na consulta de documentos legislativos, revisão bibliográfica do processo de Avaliação de Impacto Ambiental em Moçambique e no Brasil e também na condução de entrevistas a instituições, órgãos e indivíduos ligados à área do Meio Ambiente tanto em Moçambique como no Brasil.

## 4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

A AIA não é efetiva se tratada de modo isolado, como um instrumento único. Se é usada para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a gestão ambiental, é necessário que seja acompanhada de uma estrutura legal e institucional adequadas (Hambrey *et al.*, 2000).

Os dispositivos administrativos para implementação da estrutura legal tendem a ser complexos, uma vez que a divisão de responsabilidades entre as diferentes instituições (ministérios do meio ambiente, saúde, água, mineração, entre outros), e entre os governos nacional e provincial e os níveis locais de governo normalmente não são diretos. Não existe aqui um modelo base, um sistema ideal, sendo da responsabilidade de cada país tomar as decisões com base nas suas necessidades e prioridades (Ramasar *et al.*, 2003).

Uma estrutura institucional é necessária para o desenvolvimento de políticas e planos, para assegurar o cumprimento dos regulamentos, e para monitorar, rever e adaptar políticas, planos e regulamentos (Hambrey *et al.*, 2000).

Além disso, uma estrutura legal também é importante para o processo de AIA, pois aloca responsabilidades e representações, bem como fornece uma base política para o desenvolvimento de políticas e planos mais específicos para regiões ou setores particulares. Uma grande variedade de leis específicas e regulamentos são aplicadas às questões ambientais. Entre outros assuntos abrangidos dentro das leis ambientais podem-se destacar (adaptado de Ramsar *et al.* 2003):

- AIA ou outras ferramentas de planificação ambiental;
- Conservação da natureza (parques de proteção ambiental);
- Protecção do património ambiental;
- Poluição do ambiente;
- Padrões de qualidade ambiental.



Neste capítulo pretendo abordar alguns aspetos do perfil institucional e legal para questões ambientais em Moçambique e no Brasil.

#### ***4.1 Perfil institucional e legal em Moçambique***

O perfil institucional e legal para questões ambientais em Moçambique é relativamente recente. Nos princípios da década de 80, começou a surgir uma certa preocupação com o estado do ambiente nacional e criou-se uma Unidade de Gestão Ambiental dentro do Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), cujo objetivo fundamental era propor um aparelho institucional capaz de integrar os princípios ambientais no processo de desenvolvimento do país. Esta mesma unidade, em 1991, passou a designar-se Divisão do Meio Ambiente. Em 1985 esta unidade com assistência do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) propôs a criação do Conselho do Ambiente, de nível ministerial, constituído por um secretariado técnico e dotado de recursos financeiros. Porém, só em 1987 é que foi designado ao Ministério dos Recursos Minerais a institucionalização da gestão ambiental, sendo este assistido pelo Ministro da Construção e Águas. (MICOA, 1995).

Em 1992 é criada a primeira instituição independente de âmbito nacional para a gestão ambiental, a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNA), como resultado da Conferência Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Outubro de 1991. A CNA deveria propor ao governo uma estrutura definitiva que se encarregaria da gestão ambiental de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável. (MICOA, 1995).

Mais tarde em 1994, a CNA foi extinta e foi criado o atual Ministério para a Coordenação Ambiental (MICOA), que tem a tarefa de **coordenar** em nível nacional todas as atividades no domínio do ambiente, promovendo a gestão, preservação e utilização racionais dos recursos naturais do país, bem como propor políticas e estratégias ambientais a serem integradas nos planos setoriais de desenvolvimento. O MICOA veio preencher o vazio institucional existente em matéria ambiental (MICOA, 1995).

Para a prossecução dos seus objectivos e funções específicas, o MICOA estrutura-se, segundo um estatuto orgânico, de acordo com as seguintes áreas de atividades:

- a) Área de Coordenação Inter-sectorial;
- b) Área de Investigação, Planificação e Gestão Ambiental;
- c) Área de Planeamento e Ordenamento Territorial;
- d) Área de Avaliação do Impacto Ambiental;
- e) Área de Promoção, Educação e Divulgação Ambientais;
- f) Área de Inspeção e Fiscalização.

Setores como áreas de conservação, florestas, recursos hídricos localizam-se fora do MICOA, estando dentro de outros ministérios: Ministério do Turismo, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Ministérios de Obras Públicas e Habitação, respectivamente.

Em 2000 foi criado o Fundo do Ambiente, vinculado ao MICOA com a missão de gerar e mobilizar recursos destinados a financiar iniciativas ambientais nas áreas de promoção de tecnologias limpas, gestão ambiental e na resposta a desastres ambientais (FUNAB, 2005).

A questão do ambiente é abordada na Constituição da República, de 1990. *“A Constituição do nosso país confere a todos os cidadãos o direito de viver num ambiente equilibrado, assim como o dever de o defender. A materialização deste direito passa necessariamente por uma gestão correta do ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias à saúde e ao bem estar das pessoas ao desenvolvimento sócio-económico e cultural das comunidades e à preservação dos recursos naturais que a sustentam”*.

De acordo com o capítulo 8 da Agenda 21 em Moçambique, os instrumentos legais criados em Moçambique para facultar a integração do ambiente e desenvolvimento no processo de tomada de decisões incluem:

- **A Política Nacional do Ambiente**, através da Resolução nº 5/95 de 3 de Agosto do Conselho de Ministros. A Política Nacional do Ambiente representa

o instrumento através do qual o governo reconhece de forma clara e inequívoca a interdependência entre o desenvolvimento e o ambiente. É um meio para a execução, no país, de políticas sócio e macroeconómicas ambientalmente aceitáveis, visando a promover e impulsionar um crescimento econômico fundamentado nos preceitos universais do desenvolvimento sustentável.

- **A Lei do Ambiente** (anexo I), aprovada pelo Decreto de Lei nº 20/97 de 1 de Outubro BR nº 40 I série, com o objetivo de definir as bases legais para utilização e gestão correta do ambiente. A Lei do Ambiente no artigo 15 delibera sobre o processo de Licenciamento Ambiental tornando obrigatória uma **Avaliação de Impacto Ambiental** da proposta da atividade para a emissão de licenças. Segundo a lei, impacto ambiental é qualquer mudança do ambiente, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra e na saúde das pessoas, resultante de atividades humanas.

O processo de AIA é tratado em legislação à parte nomeadamente pelo Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental.

- **Regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental** (anexo II), aprovado pelo Conselho de Ministros, pelo Decreto nº 76/98 BR nº 51 I série de 29/12/98 (posteriormente revogado pelo Decreto nº 45/2004 BR nº 39 I série de 29/09/04) que estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios e as diretrizes para a implantação da Avaliação de Impacto Ambiental - AIA. Um dos componentes principais do processo de AIA é o Estudo de Impacto Ambiental, que analisa técnica e cientificamente as consequências do implanto de atividades de desenvolvimento sobre o ambiente.

O processo de AIA é aplicado a todas as atividades públicas ou privadas que direta ou indiretamente possam influir nas componentes ambientais, nos termos do artigo 3 da Lei do Ambiente. Neste artigo as atividades são divididas, em 3 categorias dependendo do tipo de EIA a ser realizado (anexo II):

- a) Categoria A: atividades sujeitas a um EIA completo;
- b) Categoria B: atividades sujeitas à realização de um EAS (estudo de impacto ambiental simplificado)

- c) Categoria C: atividades que não necessitam de EIA, mas que estão sujeitas à observância das normas constantes de diretivas específicas de boa gestão ambiental.

É o departamento de AIA no MICOA o responsável pela tomada de decisão referente ao processo de AIA. Cabe a esta autoridade:

- a) Gerir e coordenar o processo de AIA;
- b) Emitir e divulgar diretivas sobre o processo de AIA;
- c) Proceder e orientar a revisão dos Termos de referência e do EIA, bem como proceder à sua aprovação para atividades de categoria A;
- d) Realizar audiências públicas e assegurar que a participação pública seja observada nos termos do regulamento;
- e) Emitir licenças ambientais;
- f) Outros

## **4.2 Perfil institucional e legal no Brasil**

Atualmente no Brasil o Ministério do Meio Ambiente é o órgão de administração federal direta com competência para os seguintes assuntos:

- I - política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- II - política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
- III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- IV - políticas para a integração do meio ambiente e produção;
- V - políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e
- VI - zoneamento ecológico-econômico.

É um ministério total, que engloba diferentes setores do meio ambiente e que tem ligado e vinculados a si uma série de órgãos colegiados (entre eles o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e o FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente) e entidades (entre elas o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis). Além dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, possui órgãos específicos singulares tais como:

- a - Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;
- b - Secretaria de Biodiversidade e Florestas: Departamento do Patrimônio Genético;
- c - Secretaria de Recursos Hídricos;
- d - Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável; e
- e - Secretaria de Coordenação da Amazônia

Cada um dos órgãos possui competências e funções específicas.

Toda esta estrutura institucional tem por trás uma longa história de evolução da legislação ambiental brasileira.

A legislação ambiental vigente no Brasil, além do previsto em capítulo específico da Constituição Federal, compreende uma série de diplomas legais dispersos (Código de Águas, Código Florestal, Código de Mineração e outros), e um conjunto promulgado diretamente pelos órgãos de meio ambiente, a partir da década de 80.

A legislação ambiental tem por objetivo principal assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal – Cap. VI, Art. 225). Deve buscar, através dos seus instrumentos, a compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e social e a preservação e qualidade ambiental em níveis que garantam o equilíbrio ecológico, ou seja, um desenvolvimento sustentável.

A legislação brasileira no que diz respeito à proteção ao meio ambiente possuía já na década 30, iniciativas diversas, porém dispersas, tais como: o código de águas (Decreto Federal 24.643 de 10/07/34); a Lei de Proteção de Florestas (Decreto 4.771 de 15/09/65); a Lei de Proteção da Fauna (Decreto 5.197 de 03/01/67).

A moderna legislação ambiental brasileira se inicia com a edição da lei 4.504 de 30/11/64 – Estatuto da Terra. A grande mudança de enfoque introduzida por essa legislação é a de considerar a terra como bem de produção com função social, importando em dizer que o detentor da posse da terra, a qualquer título, deve fazê-la produzir racionalmente, utilizando-se de métodos conservacionistas, tanto no que concerne ao manejo do solo, como no que se relaciona à flora e à fauna da região (CARNEIRO 1994).

Em 30 de Outubro de 1973, foi criada a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), pelo Decreto nº 73.030/1973, vinculada ao Ministério do Interior que tinha o papel de coordenar as ações dos órgãos de governo relativas à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. Deste modo, os Programas de controle ambiental e a complementação da legislação federal, por meio de normas e padrões de qualidade referentes a alguns componentes do meio

ambiente, passaram a ser executados pela SEMA e pelas entidades estaduais criadas a partir de 1974.

A legislação ambiental brasileira ganhou mais força a partir da década de 80, tanto pelo aumento dos problemas causados pela poluição como pela maior conscientização da população de que poderia ter, por meios legais, uma melhoria na qualidade de vida (TORRES, 2004).

A Lei 6.938/81 (alterada posteriormente pela lei 7.804 de 18 Julho de 1989) foi o marco referencial do desenvolvimento das atividades protetoras do meio ambiente no Brasil. Esta lei estabeleceu os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo preservar, melhorar, recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar no País, condições ao desenvolvimento socio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Em seu artigo 9º a lei apresenta os instrumentos do Plano Nacional do Meio Ambiente como sendo (entre outros):

- a) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- b) O zoneamento ambiental;
- c) A avaliação de impactos ambientais;
- d) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidora.

A avaliação de impacto ambiental foi então legalmente introduzida no Brasil por esta lei que trata da Política Nacional do Meio Ambiente.

Esta mesma Lei criou o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), integrado por um órgão colegiado: o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

O Estudo de Impacto Ambiental foi introduzido no sistema normativo brasileiro, pela lei 6.803/80, que tornou obrigatória a apresentação de “estudos especiais de alternativas e de avaliações de impacto” para a localização de polos petroquímicos, cloroquímicos, carboquímicos e instalações nucleares.

Posteriormente, por meio da Resolução 001/86 do CONAMA (ver anexo), em 23 de Janeiro de 1986, foi regulamentada a elaboração de estudos de

impacto ambiental (EIA) e de relatórios de impacto ambiental (RIMA), para ações que alterassem ou causassem impactos significativos sobre o meio ambiente. Somente a partir desta data é que a AIA passou efetivamente a ser conduzida em todos os Estados da Federação (Souza e Filho, 2004). Com isto o CONAMA estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios e as diretrizes para a implantação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Assim a AIA consiste principalmente na elaboração do EIA e respectivo RIMA e também da participação pública (fase de comentários e audiência pública), que subsidiam o processo de decisão do licenciamento ambiental. O EIA tornou-se assim, através deste instrumento legal, parte integrante do processo de AIA (TORRES 2004).

A Resolução 001/86 define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam:

- I - A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - As atividades sociais e econômicas;
- III - A biota;
- IV - As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - A qualidade dos recursos ambientais.

O EIA/RIMA deve ser submetido à aprovação do órgão estadual competente e, em caráter supletivo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A este cabe também, a aprovação do EIA/RIMA para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente que, por lei, seja de competência federal (IBAMA, 1995).

O IBAMA, que faz parte do Ministério do Meio Ambiente, foi criado em 1989 pela Lei 7.735/89 de 22 de Fevereiro. O IBAMA foi criado pela fusão de 4 instituições brasileiras que actuavam na área do ambiente: a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA; a Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.



De acordo com Souza e Filho 2004, foi apenas com o Decreto Federal nº 99.274, de 06 de Junho de 1990, que trata da regulamentação da AIA no Brasil que se estabeleceu definitivamente o processo de AIA como parte integrante do processo de licenciamento ambiental de atividades que podem provocar impactos ambientais e sócio-econômicos significantes.

Segundo Nogueira-Neto 2005, deve ser salientado o crescente papel das ONGs (Organizações não Governamentais) no CONAMA, bem como nos Conselhos Estaduais (CONSEMAS) e Municipais do Meio Ambiente. O CONAMA e diversos outros Conselhos têm poderes regulamentadores, fiscalizadores e decisórios, inclusive no que se refere à instância final de apelação administrativa, sobre multas ambientais. Assim, as ONGs também podem participar e participam intensamente das decisões ambientais.

## 5. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

O processo de AIA delinea o impacto que o projeto proposto terá sobre o ambiente físico, económico e social (Ramasar *et al.*, 2003). Aborda um conjunto de atividades que dizem respeito à identificação, predição e avaliação dos impactos previsíveis (tanto positivos como negativos), medidas mitigadoras e compensatórias visando a minimizar os impactos negativos e otimizar os positivos. O processo de AIA é de certo modo direcionado principalmente para questões de viabilidade biofísica do projeto, porém inclui também estudos sobre os impactos sócio-económicos do projeto (Ramasar *et al.*, 2003).

O processo de AIA tem como objetivo assistir (adaptado de Hambrey *et al.*, 2000):

- O proponente, no desenho e implementação de uma proposta que elimine ou minimize os efeitos negativos no ambiente físico e sócio-económico e que maximize os benefícios;
- O público, no entendimento da proposta e dos seus impactos na comunidade e no ambiente; na participação no processo de tomada de decisão; e
- A autoridade responsável pela AIA, na decisão de aprovação ou rejeição e quais os termos e condições a serem aplicados.

Existem, dentro do processo duas vertentes (Andreolli, 2004)

- Vertente técnico-científica: inclui o EIA propriamente dito, os métodos, as técnicas, as pesquisas e os dados vinculados à precisão e à análise dos prováveis impactos ambientais.
- Vertente político-institucional: diz respeito aos procedimentos burocráticos e ao aparato legal que regula o processo de AIA.

O processo de AIA é composto por uma série de etapas, é um processo sistemático que delinea o impacto que o desenvolvimento terá sobre o ambiente biofísico, social e económico (Ramasar *et al.*, 2003)

Existe um modelo que foi sendo padronizado em todo mundo devido á influência normalizadora de instituições como o Banco Mundial, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

Os detalhes e a ênfase que se dá a cada fase variam de acordo com as necessidades particulares de cada país, proponente, banco ou doador. A Figura 3 a seguir mostra um sumário do processo de AIA (adaptado de Sadler, 1996).

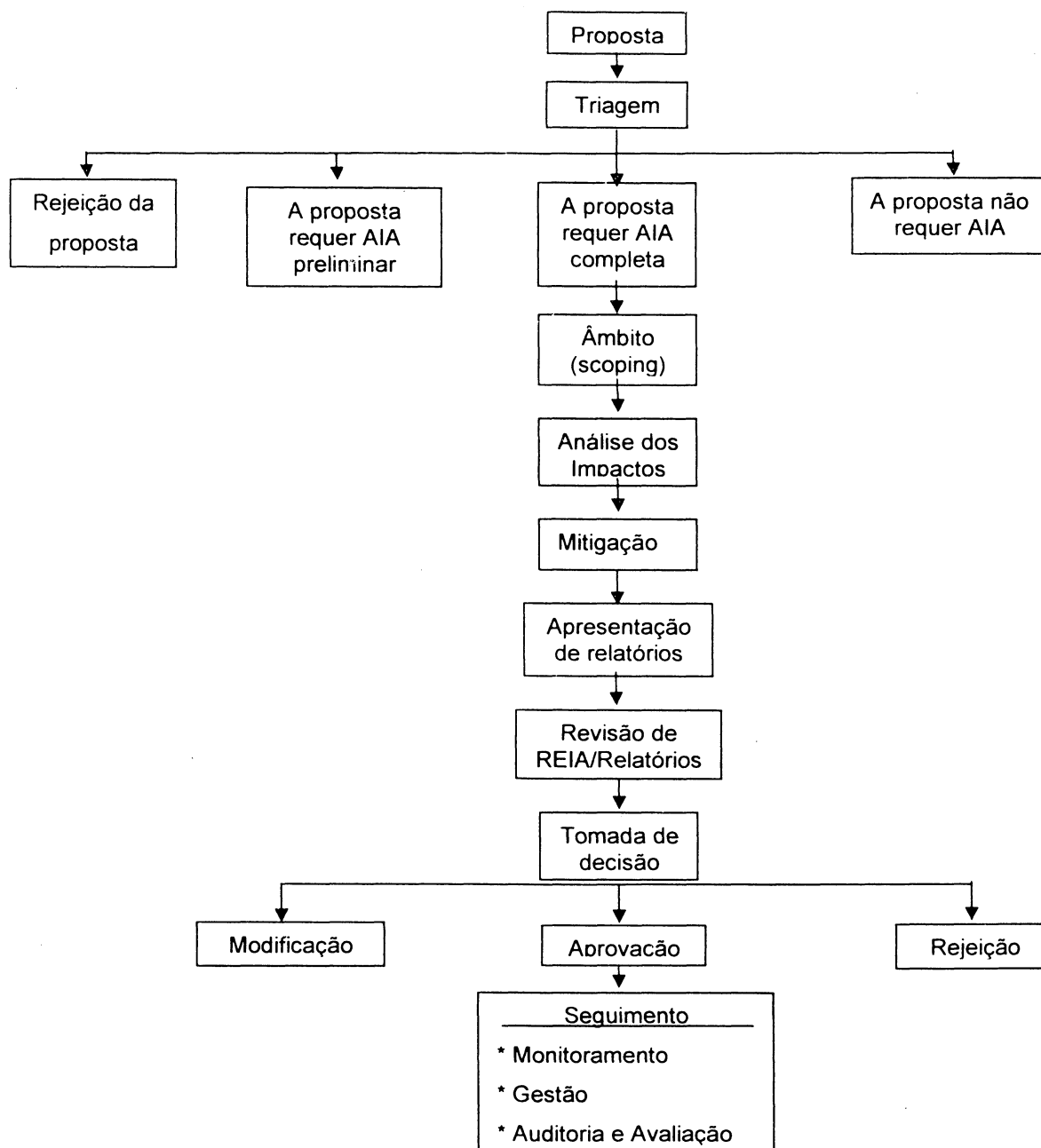


Figura 3: Sumário do processo AIA

Estas são as principais fases do processo de AIA em geral, que servem como linhas norteadoras para a instituição do referido processo nos diferentes países. Em Moçambique o processo de AIA (Fig. 4) delinea-se do seguinte modo:

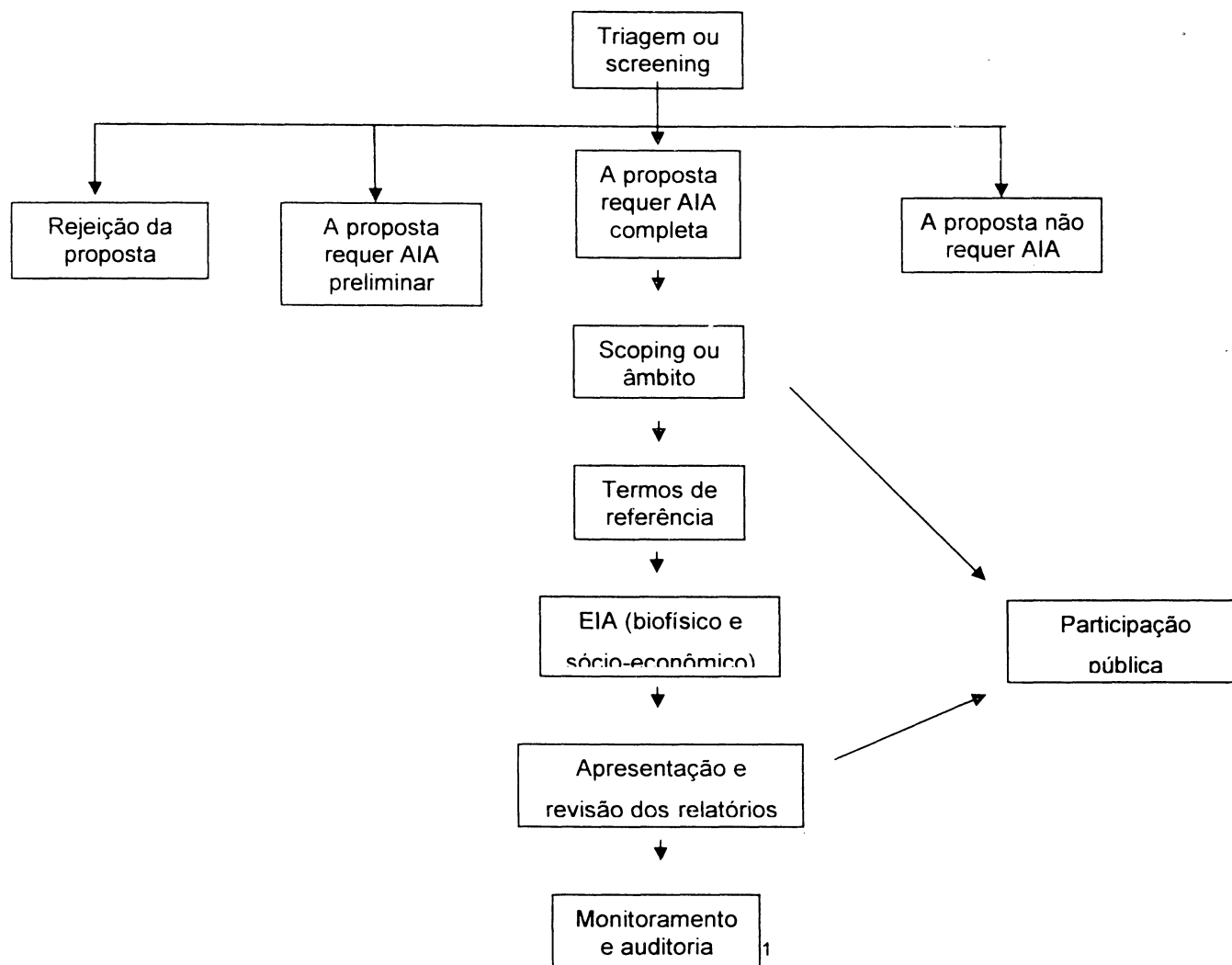


Figura 4: Sumário do processo de AIA em Moçambique

fonte: Hatton et al 2003

<sup>1</sup> A etapa de Auditoria não faz parte do processo de AIA, é tida como uma etapa complementar ao processo de AIA

No Brasil (Fig. 5) o processo de AIA segue o seguinte esquema:

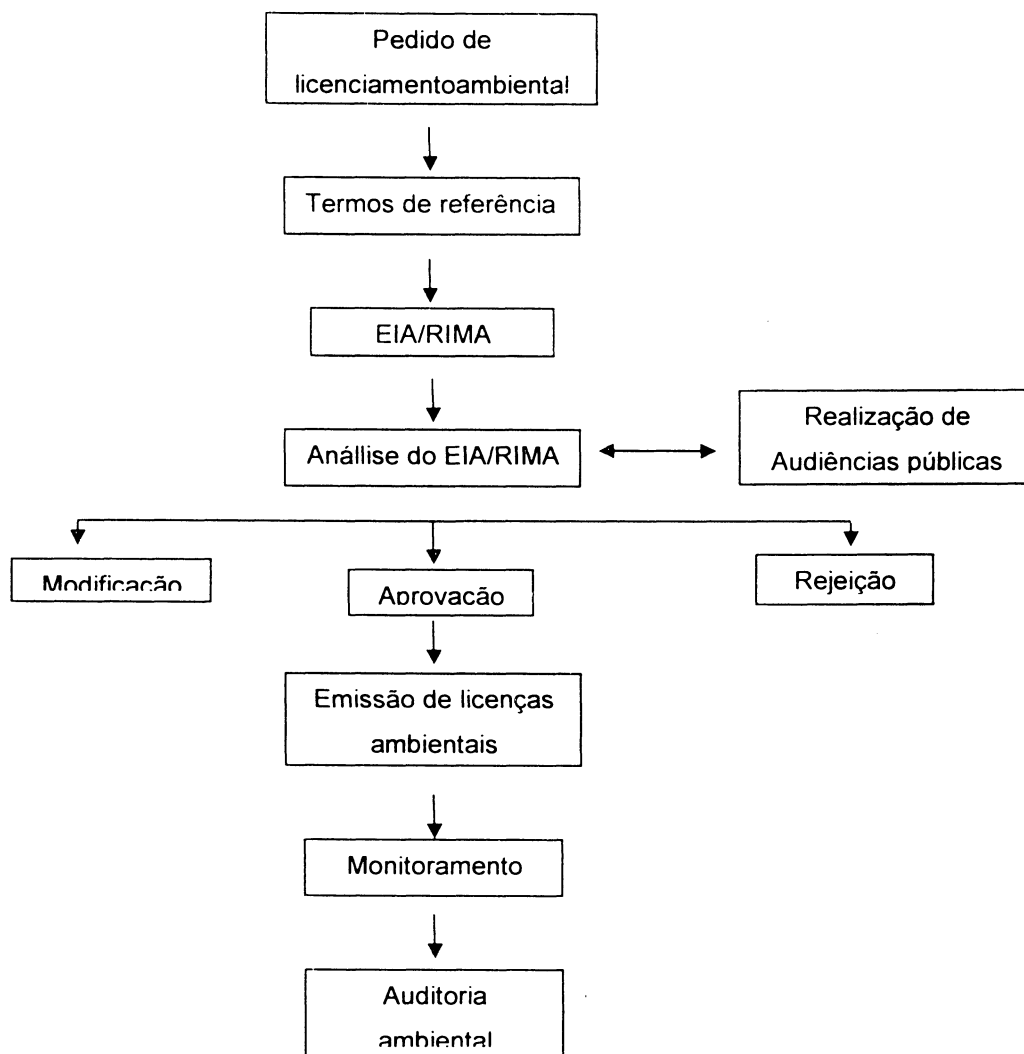


Figura 5: Sumário do processo de AIA no Brasil

Uma das etapas fundamentais do processo de AIA é o Estudo de Impacto Ambiental.

A componente do processo de Avaliação de Impacto Ambiental que analisa técnica e cientificamente as consequências da implantação das atividades de desenvolvimento sobre o ambiente é o Estudo de Impacto

Ambiental EIA. Pode-se dizer que o EIA é o instrumento principal do processo de AIA.

O Relatório de Impacto Ambiental (REIA/RIMA) é um resumo do estudo de impacto ambiental (EIA), em linguagem objetiva e acessível para não técnicos, que contém as informações para o entendimento do EIA realizado. (ANDREOLLI, 2004)

A AIA deve ser realizada o mais cedo possível nas etapas de proposta e planejamento do projeto para que a análise seja viável para a tomada de decisão e para incorporar medidas de mitigação nos planos propostos (Ramasar *et al.*, 2003).

O fim do processo de AIA culmina com a emissão de uma licença ambiental. Esta licença ambiental é emitida pelo órgão ambiental responsável pelo processo AIA e consiste num certificado confirmativo de viabilidade ambiental da atividade proposta.

Neste capítulo será feita uma análise das etapas do processo de AIA em Moçambique e no Brasil, tendo como referência as normas do Banco Mundial.

## **5.1 Atividades que requerem uma Avaliação de Impacto Ambiental**

Para determinar se é necessária ou não a realização de AIA, é preciso antes de mais nada definir que tipo de atividade requer um AIA.

Segundo as normas do **Banco Mundial** o processo de AIA (Diretiva Operacional 4.01 – OD 4.01), é aplicado apenas a projetos do setor público financiados pelo banco. Cobre projetos específicos, prováveis de causar impactos significantes e adversos que podem ser sensíveis, irreversíveis e diversos.

Em **Moçambique**, o regulamento sobre o processo de AIA (Decreto nº 45/2004) dispõe sobre as atividades sujeitas à realização de AIA. Como mencionado no capítulo 4.1, o artigo 3 deste decreto fala da categorização das atividades sujeitas ou não ao processo de AIA. A divisão das atividades em categoria A, B ou C encontra-se nos anexos I, II e III do regulamento de AIA (anexo II). As atividades que se enquadram na categoria A necessitam de EIA completo. Incluem-se aqui:

- empreendimentos turísticos fora de zonas urbanas ou em zonas sem planos de ordenamento territorial – com capacidade igual ou superior a 150 camas ou área igual ou superior a 10 ha;
- pontes ferroviárias e rodoviárias de mais de 100 m de extensão;
- sucatas com mais de 5 ha;
- introdução de novas culturas e espécies exóticas;
- fabrico de pesticidas;
- etc.

As atividades inseridas na categoria B diferem das da categoria A principalmente pela escala dos impactos. São em geral atividades que não afetam significativamente populações humanas em áreas ambientalmente sensíveis. Os impactos resultantes destas atividades permitem uma definição e aplicação de medidas de mitigação, relativamente fácil, pelo que somente requer um EIA simplificado.

Na categoria C inserem-se as atividades em que os impactos negativos são negligenciáveis, insignificantes, mínimos ou mesmo inexistentes.

Entre outras citam-se:

- atividades de assistência técnica automóvel;
- indústria panificadora;
- armazenamento, tratamento, transporte e deposição de lixo hospitalares de centros e postos de saúde e clínicas privadas;
- etc.

Todas as atividades susceptíveis de causar impactos sobre o ambiente, que não constem em nenhuma das categorias, deverão na mesma ser objeto de uma pré-avaliação a ser efetuada pelo MICOA.

No **Brasil**, a resolução do CONAMA 001/86 (anexo III), que regulamenta sobre o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, no seu artigo 2º diz: " Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e um caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente tais como:

- estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;
- ferrovias;
- extração de minérios;
- complexo e unidades industriais e agroindustriais;
- qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a 10 t por dia;
- etc.

Não existe uma divisão das atividades que requerem EIA, mas sim uma lista de todas as atividade que necessitam obrigatoriamente de um EIA. É da competência legal do OEMA ou do IBAMA licenciar as atividades consideradas modificadoras do meio ambiente previstas na Lei 6.803/80 e nas Resoluções CONAMA 001/86, 011/86, 009/90 e 010/90 (IBAMA, 1995).



Porém o órgão ambiental responsável pela aprovação do projeto pode pedir um EIA para qualquer atividade levando em conta que é a fragilidade do ambiente que predifine a necessidade ou não de AIA (Andreolli, 2004).

## **5.2 “Screening”**

Logo após a identificação do projeto é necessário realizar-se uma pré-avaliação que vai permitir em um primeiro momento verificar a existência de “fatal flows” (QUESTÕES FATAIS), ou seja, verificar se os impactos ambientais causados pelo projeto têm consequências ambientais inaceitáveis. Se existir algum “fatal flow” a ação proposta é recusada não passando para frente no processo de AIA.

O “screening”, ou triagem é a etapa que vai determinar se é ou não necessária a AIA (Goldberg, 1995).

Existem propostas que não são susceptíveis de causar danos, ou ter consequências ambientais adversas. Sendo assim, não necessitam de uma AIA detalhada (Hambrey *et al.*, 2000).

A proposta é geralmente classificada com relação a diversos critérios (adaptado de Ramasar *et al.*, 2003):

- Localização e escala do projeto
- Tecnologia usada
- Tipo de atividade
- Preocupação do público
- Considerações do uso da terra
- Impactos ambientais
- Quaisquer outros fatores de relevância para o projeto

Se existir alguma dúvida sobre o projeto em relação a algum dos critérios acima mencionados pode ser necessária a realização de uma AIA preliminar.

Independentemente dos critérios utilizados é importante que os procedimentos do “screening” sejam compreendidos amplamente para que o proponente realize a sua proposta de modo a cumprir com os padrões

ambientais, minimizando os custos e maximizando os benefícios do manejo ambiental (Hambrey *et al.*, 2000)

Nesta fase podem ser sugeridas alternativas ao projeto. Estas alternativas podem ser referentes à própria atividade proposta, à localização, à elaboração, à calendarização e à inovação. Pode surgir o caso de não haver alternativa alguma ao projeto. Normalmente isto ocorre quando são encontrados “fatal flows” que nenhuma medida de mitigação é aceitável (Ramasar *et al.*, 2003).

No final desta etapa chega-se a uma das 4 conclusões: a ação proposta requer uma AIA completa, requer uma AIA simples, não requer AIA ou então a proposta pode ser rejeitada.

O **Banco Mundial** utiliza o “screening” para determinar o tipo e extensão do estudo necessário. Os projetos são classificados em umas das seguintes categorias:

- categoria A, requerem um EIA completo;
- categoria B, não requerem um EIA completo, mas requerem uma análise ambiental; e
- categoria C, não requerem qualquer tipo de estudo.

A classificação dos projetos em uma destas categorias é realizada com base em critérios, tais como: tipo, localização, sensibilidade e escala, bem como na magnitude e natureza dos impactos potenciais.

Em **Moçambique** para dar início ao processo de AIA o proponente deve apresentar à Autoridade de Avaliação de Impacto Ambiental uma série de documentos que serão analisados e que permitirão à autoridade competente emitir um parecer sobre a aprovação ou não da proposta e qual o nível de estudo necessário. Os critérios de avaliação utilizados para classificar as atividades são (adaptado do Decreto 45/2004 do Boletim da República – Moçambique):

- a) Número de pessoas e comunidades abrangidas;
- b) Ecossistemas, plantas e animais afetados;
- c) Localização e extensão da área afetada;

- d) Probabilidade, natureza, duração, intensidade e significância dos impactos;
- e) Feitos diretos, indiretos, potenciais, globais e cumulativos do impacto;
- f) Reversibilidade e irreversibilidade do impacto.

Compete ao MICOA, com base nos documentos submetidos pelo proponente, nos critérios acima descritos, no conhecimento prévio do local e de implementação da atividade e na consulta dos anexos I, II e III do decreto 45/2004 sobre a categorização das atividades, emitir um parecer sobre a aprovação ou não da proposta que pode se constituir na: rejeição da implementação da atividade; determinação do tipo de EIA a ser efetuado (completo ou simplificado); ou na isenção de qualquer EIA.

No **Brasil** o processo de AIA inicia-se com um pedido de licença ambiental, por parte do empreendedor ao órgão ambiental licenciador – o IBAMA ou o OEMA, dependendo da atividade a ser implantada. É da responsabilidade do órgão licenciador informar o empreendedor se o licenciamento ambiental é necessário e que tipo de documento técnico deverá ser apresentado para obtenção da licença.

Neste primeiro contato o empreendedor deve fornecer ao órgão de meio ambiente todas as informações sobre o empreendimento e natureza das atividades a serem implantadas e preencher, caso ainda não tenha feito, a ficha do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

O órgão ambiental examina a documentação apresentada, consulta a legislação sobre licenciamento ambiental e sobre atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, dados disponíveis sobre o local do empreendimento e avalia a necessidade de elaboração de um EIA ou documento semelhante (PCA, RCA, PRAD, etc). Se for necessário pode ainda realizar uma vistoria no local proposto para o empreendimento para avaliar a situação ambiental.

Em 1994, por meio da Resolução SMA nº 42, que normatizou os procedimentos para o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo, foi criado o Relatório Ambiental Preliminar (RAP; Fig. 6), como um documento

inicial que pode tornar dispensável a elaboração do EIA/RIMA para obtenção da licença ambiental, conforme indicado no esquema abaixo (adaptado de Andreolli, 2004):

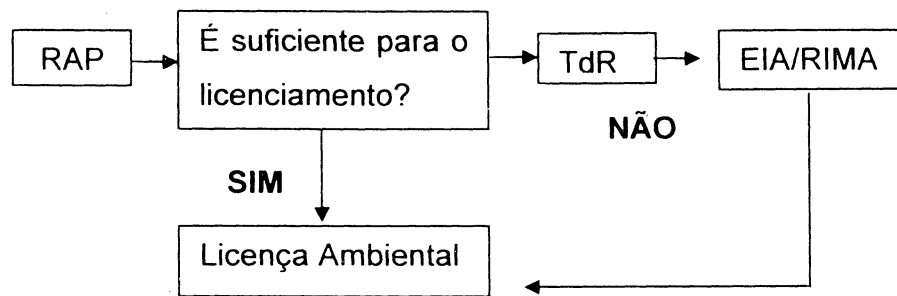


Figura 6: Esquema para obtenção de licença ambiental no Brasil (TdR = Termo de Referência)

### 5.3 “Scoping”

Após o “screening” se a atividade proposta não for recusada e for necessário a realização de um EIA completo ou simplificado, o proponente geralmente contrata uma empresa especializada em Estudos de Impacto Ambiental para prosseguir com o processo de AIA.

Previamente ao início do EIA é importante determinar o nível apropriado do estudo a ser realizado e identificar os pontos mais relevantes que serão o foco do estudo. Este processo é chamado de “*scoping*” ou *Definição do Âmbito*. O “scoping” é usado para direcionar a AIA nas questões chave da tomada de decisões e para identificar as necessidades de informação (Ramasar *et al.*, 2003). Envolve todas as partes interessadas tais como o proponente, agências ambientais e membros do poder público e também as partes afetadas.

O “scoping” tem como objetivos (adaptado de Marriot, 1997):

- Definir a ação proposta
- Requerer cooperação de outras agências
- Identificar o que é importante
- Identificar o que não é importante
- Definir datas limite para os estudos
- Determinar as exigências necessárias para formar a equipe multidisciplinar
- Coletar informação
- Identificar autorizações necessárias
- Identificar outros requerimentos legais

Do “scoping” resulta a elaboração dos Termos de Referência (TdR). Os TdR são documentos que têm como finalidade especificar os parâmetros e elementos fundamentais a serem levados em conta na realização do EIA. (Hambrey *et al.*, 2000).

O “scoping” é uma importante fase para facilitar a participação do público no projeto e na tomada de decisão, pois a participação do público é uma parte vital para o processo de “scoping” (Ramasar *et al.*, 2003).

Alguns dos impactos e questões chave do projeto são apontados pelas Partes Afetadas e Interessadas (PA&Is) desde o início do projeto. Além disto as próprias PA&Is têm acesso á informação da dimensão, duração e planificação do projeto. Este processo de envolvimento público é feito através de consultas públicas realizadas nos locais de interesse ao projeto e é de extrema importância, pois pode prevenir conflitos posteriores com as PA&Is (Ramasar *et al.*, 2003).

#### **A - TERMOS DE REFERÊNCIA**

Os termos de referência constituem um documento que tem como finalidade especificar os parâmetros e elementos fundamentais a serem levados em conta na realização do EIA. Funciona como um orientador para a elaboração de qualquer tipo de Estudo Ambiental (Hambrey *et al.*, 2000). É o processo de identificação dos assuntos, alternativas e dos impactos que devem ser considerados na elaboração do EIA. (Goldberg, 1995)

O **Banco Mundial** discute o âmbito do EIA com o financiador e assiste este na elaboração dos TdR. Os TdR têm o objetivo de promover uma integração adequada através da coordenação e consulta pública, com os grupos afetados e ONGs.

Em **Moçambique** de acordo com o artigo 11 do decreto 45/2004 da legislação Moçambicana, os TdR constituem um guião prévio ao EIA o qual deve conter no mínimo:

- a) Descrição dos estudos especializados a efetivar durante o EIA;
- b) Descrição das alternativas viáveis identificadas e que devem ser investigadas no EIA;
- c) Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais nas fases de construção, operação e desativação;
- d) Descrição do processo de participação pública a seguir;

- e) Identificação do proponente;
- f) Identificação da equipe responsável pela elaboração do EIA e EAS;
- g) Requisitos de informação adicional necessária.

Os TdR devem ser entregues à Autoridade de Avaliação de Impacto Ambiental pelo proponente antes da realização do EIA ou EIA simplificado. A Autoridade de Avaliação de Impacto Ambiental tem um prazo de até 30 dias úteis para se manifestar sobre a sua decisão.

No **Brasil** os TdR são elaborados pelo órgão de meio ambiente a partir das informações prestadas pelo empreendedor na fase de pedido de licenciamento ambiental. Porém em alguns casos, o órgão de meio ambiente solicita que o empreendedor elabore os TdR, reservando-se apenas ao papel de julgá-los e aprová-los. Verificam-se assim, duas situações distintas com relação aos procedimentos para a elaboração dos TdR:

- Os TdR são elaborados pelo órgão ambiental (OEMA ou IBAMA). Seguem em geral um modelo único regido pela legislação federal de características genéricas;
- Os TdR são elaborados pelo empreendedor e submetidos ao órgão ambiental com o auxílio de uma equipe técnica e de uma empresa especializada.

São 8 os itens básicos do roteiro de TdR para estudos ambientais:

1. Identificação do empreendedor
2. Caracterização do empreendimento
3. Métodos e técnicas utilizadas para a realização dos estudos ambientais
4. Delimitação da área de influência do empreendimento
5. Especialização da análise e da apresentação dos resultados
6. Diagnóstico ambiental da área de influência
7. Prognóstico dos impactos ambientais do projeto, plano ou programa proposto e de suas alternativas
8. Controle ambiental do empreendimento: alternativas econômicas e tecnológicas para a mitigação dos dados potenciais sobre o ambiente.

Se os TdR forem aprovados então o processo de AIA continua passando para a fase seguinte que é o EIA.

## **B - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

A participação pública é de extrema importância no processo de AIA. Um processo aberto ao público, e que se preocupe com as suas principais preocupações tem maiores chances de encontrar pontos chave e de assegurar um final satisfatório tanto para o proponente como para a comunidade (Goldberg, 1995).

A participação pública não é uma etapa isolada do processo de AIA. O público deve ser envolvido no início do processo de AIA, e durante todo processo sendo a participação pública na fase de scoping e na fase de revisão e comentários do relatório crucial para o sucesso do processo de AIA.

No capítulo 5.6. será aprofundada a etapa de participação pública, fazendo a comparação entre os 2 países.

## **5.4 EIA**

Uma vez identificadas as questões chave nas fases de “screening” e “scoping” (TdR), são designados especialistas para avaliarem o impacto das questões chave sobre o meio ambiente (CSIR, 2001).

O EIA é um instrumento do processo da AIA que consiste na realização de uma análise técnica e científica, por uma equipe multidisciplinar, profissional e tecnicamente habilitada, das consequências da implantação de um projeto no meio ambiente analisando os aspectos físicos, biológicos e sócio-económicos do ambiente (ANDREOLLI, 2004).

Tem como objetivos:

- Identificar e definir mais especificamente os impactos a serem investigados em detalhe;



- Analisar impactos: coleção de dados; as características importantes dos impactos e a quantidade de técnicas para análise dos impactos; e
- Determinar a significância e aceitação dos impactos (UNEP, 1996).

O EIA deve incluir uma série de aspetos definidos pela legislação vigente de cada país.

Em **Moçambique** o EIA é levado a cabo por uma empresa de consultoria ambiental, contratada pelo proponente, que forma uma equipe multidisciplinar que irá trabalhar no projeto. Normalmente a equipe multidisciplinar é composta por especialistas das diferentes áreas abrangidas pela atividade proposta. A realização do EIA é uma obrigação da inteira responsabilidade do proponente da atividade. O EIA rege-se pelos TdR previamente aprovados pelo DNAIA (Departamento Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental) e pelas Diretivas, Geral e Específicas, para a sua elaboração emitidas pelo MICOA, devendo o relatório resultante deste estudo conter no mínimo:

- a) Resumo não técnico com as principais questões abordadas, conclusões e propostas;
- b) O enquadramento legal da atividade e a sua inserção nos planos de ordenamento territorial existentes para a área de influência direta da atividade;
- c) A descrição da atividade e das diferentes ações nela previstas nas etapas de planificação, construção, exploração e, quando for o caso de atividade temporária, a sua desativação;
- d) A delimitação e a representação geográfica, assim como, a situação ambiental de referência da área de influência da atividade;
- e) A descrição e comparação detalhadas das diferentes alternativas e a previsão da situação ambiental futura com ou sem medidas de mitigação;
- f) Identificação e avaliação dos impactos e identificação de medidas de mitigação;

- g) O plano de gestão ambiental da atividade, que inclui a monitorização dos impactos, programa de educação ambiental e plano de contingências e de acidentes;
- h) A identificação da equipe multidisciplinar que elaborou o EIA;
- i) O relatório de participação pública.

O Quadro 1 mostra o resumo de um roteiro básico para a elaboração de um EIA em Moçambique.

Quadro 1: Roteiro para a elaboração de um EIA em Moçambique.

1. <b>Introdução:</b> contendo informação sobre o tema do projeto
2. <b>Âmbito do EIA:</b> Inclui uma breve descrição do projeto, descrição geral da metodologia e estratégias utilizadas, e seleção de informações.
<b>3. Descrição do projeto:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição, localização e justificativa do projeto</li> <li>• Alternativas de localização do projeto</li> <li>• Descrição detalhada do projeto</li> </ul>
<b>4. Descrição detalhada da situação ambiental de referência:</b> descrição detalhada da área de estudo em termos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio físico (Solos, clima, geologia, hidrologia, qualidade do ar, níveis de ruído e geomorfologia)</li> <li>• Meio biótico (ecossistemas terrestres, aquáticos, marinhos, e ecossistemas de transição)</li> <li>• Meio sócio-económico (dinâmica populacional, uso e ocupação do solo, com mapeamento; nível de vida, estrutura produtiva e de serviços e organização social)</li> </ul> <p><b>NOTA:</b> esta etapa varia de acordo com o tipo de projeto, ou seja, por exemplo, se o projeto não envolver ecossistemas marinhos a descrição detalhada dos ecossistemas marinhos não entra no estudo.</p>

**5. Potenciais Impactos Ambientais e respetivas medidas de mitigação:** identificar os potenciais impactos que poderão surgir durante as fases de construção e operação do projeto nos meios físico, biótico e sócio económico. Os critérios utilizados para classificação dos impactos são:

⇒ Probabilidade – refere o grau de possibilidade de ocorrência do impacto que pode ser classificado de:

- Improvável – a possibilidade de ocorrência é baixa, quer seja pelo desenho do projeto que pela natureza do projeto
- Provável – existe uma possibilidade distinta do impacto ocorrer
- Altamente provável – quando é quase certo que ocorra
- Definitiva – quando há certeza que o impacto ocorrerá independentemente das medidas preventivas adotadas

⇒ Extensão – refere o comportamento espacial da atividade que poderá possuir impactos nos limites da região do projeto (**localizada**), na **área envolvente**, a nível **regional** ou a nível **nacional**

⇒ Duração – O tempo de vida do impacto poderá ser:

- De curto prazo – (0 a 5 anos)
- De médio prazo – (5 a 15 anos)
- De longo prazo – impacto cessa quando termina o tempo de vida da atividade a que se refere
- Permanente – impacto prolonga-se mesmo depois de terminar a atividade e mesmo após aplicação de medidas de mitigação

⇒ Intensidade – neste parâmetro se avalia com que magnitude os impactos infligem normas e regulamentos, atingem populações e processos sociais e afetam o funcionamento dos processos ambientais. Nesse âmbito se classifica a intensidade de:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa – caso o impacto ocorra, de forma que o funcionamento dos processos naturais, culturais e sociais não sejam afetados</li> <li>• Média – caso o impacto altere o funcionamento dos processos naturais, sociais ou culturais</li> <li>• Alta – quando o funcionamento dos processos naturais, culturais ou sociais seja temporária ou permanentemente interrompido.</li> </ul> <p>⇒ <u>Grau de significância</u> – O significado do impacto passa a ser determinável através da síntese dos aspetos anteriores (extensão, duração, intensidade, probabilidade) e pode ser referido como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo – se o impacto não deve influenciar nas decisões</li> <li>• Médio – se deve influenciar nas decisões</li> <li>• Alto – se deve influenciar decisões, qualquer que seja o grau de mitigação</li> </ul>
<p>6. <b>Programa de Educação Ambiental:</b> a conscientização ambiental tem um papel importante no cumprimento dos programas de gestão ambiental</p>
<p>7. <b>Plano de contingências:</b> permite uma resposta rápida e efetiva a todos os tipos de situações de emergência ambiental de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos</p>

O documento do EIA inclui no princípio um resumo executivo não técnico de todo estudo realizado com as principais questões abordadas, conclusões e propostas. Os relatórios dos estudos dos especialistas, bem como os TdR constituem parte integrante do relatório de impacto ambiental sob forma de anexos.

O EIA deve ser apresentado à DNAIA (Direção Nacional de Avaliação de Impacto Ambiental), sob a forma de relatório, redigido em língua portuguesa, para análise e revisão.

No **Brasil** a elaboração do EIA é levada a cabo por uma equipe multidisciplinar ou por empresas de consultoria contratadas pelo empreendedor. É da responsabilidade do empreendedor apresentar o EIA ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental. Nesta etapa, o EIA está ligado á

preparação do RIMA, sendo, portanto considerada etapa de elaboração do EIA/RIMA (IBAMA).

A Resolução CONAMA 001/86 estabelece conteúdos e diretrizes para a realização de EIA/RIMA. No artigo 6º estão descritas as atividades técnicas a serem desenvolvidas no estudo de impacto ambiental. A seguir, um resumo desse conjunto de atividades:

- I. Diagnósticos ambientais da área de influência do projeto;
- II. Identificação dos impactos;
- III. Previsão e medição dos impactos;
- IV. Definição das medidas mitigadoras;
- V. Elaboração do programa de monitoramento;
- VI. Comunicação dos resultados.

No parágrafo único deste mesmo artigo afirma ainda que "ao determinar a execução do EIA o órgão estadual competente; ou o IBAMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área".

Na etapa da elaboração do EIA/RIMA seguem-se as atividades acima descritas, e a etapa termina com a elaboração do RIMA, um documento em linguagem acessível ao público, que deve apresentar todos os estudos realizados e resultados obtidos no EIA, de modo que se possa entender claramente as consequências ambientais do projeto e suas alternativas, comparando vantagens e desvantagens de cada uma delas. (Faria de Sá, 2004)

No Quadro 2 segue-se um resumo do roteiro da elaboração de EIA/RIMA no Brasil (adaptado de Andreolli, 2004)

Quadro 2: Roteiro da elaboração de EIA/RIMA no Brasil

<p><b>1. Informações Gerais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação do empreendimento incluindo:<ul style="list-style-type: none"><li>• - nome e razão social;</li><li>• - endereço para correspondência;</li><li>• - inscrição estadual e CGC;</li></ul></li><li>• Histórico do empreendimento</li><li>• Nacionalidade das tecnologias a serem empregadas</li><li>• Informações gerais que identifiquem o porte do empreendimento</li><li>• Tipos de atividades a serem desenvolvidas incluído as principais e as secundárias</li><li>• Síntese dos objetivos do empreendimento e sua justificativa em termos de importância no contexto sócio-econômico do país, da região, do estado e do município</li><li>• Localização geográfica proposta para o empreendimento, apresentada em mapa ou croqui, incluindo as vias de acesso e a bacia hidrográfica</li><li>• Previsão das etapas de implantação do empreendimento</li><li>• Empreendimentos associados e decorrentes</li><li>• Nome e endereço para contatos relativos ao EIA/RIMA</li></ul>
<p><b>2. Caracterização do empreendimento</b> – com suas fases de planejamento, implantação e operação, com indicação detalhada de etapas e expansões, quando houver.</p>
<p><b>3. Área de influência</b> – com delimitação das áreas geográficas direta e indiretamente afetadas pelos impactos, devidamente justificadas e mapeadas.</p>

<p><b>4. Diagnóstico ambiental da área de influência</b> com descrição e análise dos fatores ambientais e suas interações, por meio das variáveis que descrevem o estado ambiental, caracterizando a qualidade ambiental – em um quadro sintético onde se expõem os fatores ambientais físicos, biológicos e sócio-econômicos, indicando os métodos adotados para sua análise com o objetivo de descrever as inter-relações entre os componentes bióticos, abióticos e antrópicos do sistema a ser afetado pelo empreendimento. Além desses fatores deverão ser identificadas tendências evolutivas daqueles fatores importantes para caracterizar a interferência do empreendimento – fatores ambientais - como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio físico (clima, qualidade do ar, níveis de ruído, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos)</li> <li>• Meio biológico (ecossistemas terrestres, aquáticos e de transição)</li> <li>• Meio antrópico (dinâmica populacional, uso e ocupação do solo, nível de vida, estrutura produtiva e de serviços, organização social)</li> </ul>
<p><b>5. Análise dos impactos ambientais</b> – identificação, valorização e interpretação dos prováveis impactos nas diferentes fases do empreendimento, apresentadas sob as formas respectivamente de “Síntese Conclusiva” e “Descrição detalhada” e analisados considerando-os segundo sejam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos diretos e indiretos;</li> <li>• Impactos benéficos e adversos;</li> <li>• Impactos temporários, permanentes e cíclicos;</li> <li>• Impactos imediatos e a médio e longo prazos;</li> <li>• Impactos reversíveis e irreversíveis;</li> <li>• Impactos locais, regionais e estratégicos.</li> </ul>
<p><b>6. Proposição de medidas mitigadoras</b> – classificadas quanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• À sua natureza preventiva ou corretiva avaliando, inclusive, a eficiência dos equipamentos de controle de poluição em relação aos critérios de qualidade ambiental e aos padrões de disposição de efluentes líquidos e, emissões atmosféricas e resíduos sólidos;</li> <li>• À fase do empreendimento em que deverão ser adotadas: planejamento, implantação, operação e desativação, e para o caso de acidentes;</li> <li>• Ao fator ambiental a que se destinam: físico, biológico ou socioeconômico;</li> <li>• Ao prazo de permanência de suas aplicações: curto, médio e longo prazo;</li> <li>• À responsabilidade pela implementação: empreendedor, poder público ou outros;</li> <li>• o seu custo.</li> </ul>

**7. Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos – incluindo-se conforme o caso:**

- Indicação e justificativa dos parâmetros selecionados para a avaliação dos impactos sobre cada um dos fatores ambientais considerados;
- Indicação e justificativa da rede de amostragem, incluindo seu dimensionamento e distribuição espacial;
- Indicação e justificativa dos métodos de coleta e análise;
- Indicação e justificativa da periodicidade da amostragem para cada parâmetro segundo os diversos fatores ambientais;
- Indicação e justificativa dos métodos a serem empregados no processamento das informações levantadas, visando retratar o quadro da evolução dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

Finalizado todo o EIA/RIMA, este deve ser protocolado nos órgãos ambientais competentes e disponibilizado ao público, sendo considerado um prazo para a análise do documento.

### **5.5 Análise e Revisão do EIA/RIMA**

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

A etapa seguinte no processo de AIA é a análise e revisão do EIA/RIMA. Após o documento do EIA estar pronto há um período, prévio à tomada de decisão final, para comentários, revisão e análise do documento por parte de órgão ambiental responsável, agência governamentais e também por parte do público (Goldberg, 1995).

A análise do EIA tem como propósitos:

- Verificar se foram cumpridas todas as exigências contidas nos TdR, na legislação sobre o processo de AIA e em outros instrumentos legais pertinentes que tratam da proteção ao meio ambiente;
- Identificar eventuais falhas e omissões no estudo apresentado e sugerir a sua complementação;
- Extrair os condicionantes para o licenciamento das atividades;
- Identificar os responsáveis pela fase de monitoramentos dos impactos negativos.



Um processo de AIA efetivo contém um processo de revisão, negociação e tomada de decisão. Ele culmina numa escolha política sobre se a proposta deve ou não continuar e sob que condições (Ramasar *et al.*, 2003).

O **Banco Mundial**, para projetos inseridos na categoria A (que requerem um EIA completo) a revisão é feita por uma equipe técnica. Esta analisa o documento verificando se o mesmo está ou não em concordância com os TdR e leva também em consideração a perspectiva das PA&Is e ONGs locais. O documento também é revisto pela Divisão Ambiental Regional, que pode sugerir alguma complementação se for necessário. Quando aprovado, uma comissão de aprovação revê o documento e verificados todos os itens é emitida a licença ambiental.

Em **Moçambique**, a revisão do EIA é realizada por um comitê estabelecido para este feito que faz parte do DNAIA. Os revisores podem solicitar dados adicionais para suplementar estudos específicos para suportar a tomada de decisão. Todas as manifestações e exposições feitas por escrito ou orais no âmbito do processo de participação pública, apresentadas aos órgãos locais e, ou ao proponente, até 10 dias antes do encerramento do período de revisão, são registradas e são consideradas pela comissão de avaliação na tomada de decisão desde que relacionadas com os impactos ambientais da atividade.

Feita a apreciação final, é elaborado um relatório técnico de revisão e o respectivo parecer técnico devidamente fundamentado, e é emitida a declaração final de avaliação, quem tem de ser submetida à Autoridade de Avaliação de Impacto Ambiental para decisão final. O prazo máximo para se manifestar sobre a decisão final é de até 45 dias úteis (Decreto 45/2004).

No **Brasil** o órgão responsável pelo recebimento, análise e julgamento do EIA/RIMA é o IBAMA ou o OEMA. Quando julgar necessário, ou quando solicitado, promove a realização de Audiência Pública para discussão das conclusões dos EIA/RIMA, que subsidiarão sua análise e parecer técnico final.

Para análise do EIA/RIMA o órgão ambiental conta com as seguintes ferramentas:

- Legislação ambiental;
- Termo de referência;
- Dados sobre o empreendimento encaminhados pelo empreendedor;
- Dados ambientais disponíveis no órgão do meio ambiente.

### **5.5.1 Emissão de licenças**

A licença ambiental é um dos instrumentos exigidos para a implantação de atividades. Trata-se de um documento de controle ambiental prévio, para o exercício legal das atividades modificadoras do meio ambiente (IBAMA, 1995).

Em **Moçambique**, após ser comprovada a viabilidade ambiental da atividade, o órgão competente a nível central ou local, procederá de imediato à notificação do proponente e das entidades de tutela e emitirá a respectiva licença ambiental (Decreto 45/2004). Após a emissão da licença ambiental, o empreendedor pode dar início à implementação do projeto. A licença ambiental tem prazo de validade determinado podendo ser renovada.

No **Brasil**, o licenciamento ambiental constitui-se em três tipos de licença: Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO.

1. *Licença Prévia – LP*: é concedida na fase preliminar do planejamento da atividade. Sua emissão ocorre após aprovação do EIA/RIMA; é um instrumento indispensável para solicitação de financiamentos e obtenção de incentivos fiscais. Tem como finalidade estabelecer condições tais que o empreendedor possa prosseguir com a elaboração do seu projeto. Corresponde a um comprometimento por parte do empreendedor de que suas atividades serão realizadas observando os pré-requisitos estabelecidos pelo órgão do meio ambiente. Não autoriza o início de qualquer obra ou serviço, e tem prazo de validade determinado.
2. *Licença de Instalação – LI*: é concedida após a análise do projeto executivo e de outros estudos que especificam os dispositivos de controle ambiental, de acordo com o tipo, porte, características e nível

de poluição da atividade e de recuperação das áreas degradadas. Implica no comprometimento do empreendedor em cumprir com as especificações constantes do projeto apresentado e comunicar eventuais alterações dessas especificações. Autoriza o início da implantação do empreendimento e tem também prazo de validade determinado.

3. *Licença de Operação – LO*: é concedida após a realização de vistoria e da confirmação do funcionamento dos sistemas de controle ambiental. Autoriza o início da operação do empreendimento e é concedida com prazo de validade e condicionantes para a continuidade da operação (por exemplo, apresentação de resultados obtidos na implementação de planos de monitoramento ambiental) (IBAMA, 1995).

## **5.6 Participação pública**

Referida já anteriormente no capítulo 5.3 a participação pública surge novamente em um outro momento do processo de AIA.

De acordo com Bursztyn 1995, a democratização do processo de AIA pela participação da população, incorporando desde o início do processo os interesses e pontos de vista da população, através de procedimentos formais ou informais, permite:

- Uma nova acuidade, através da utilização de dados factuais, na elaboração do diagnóstico ambiental;
- Facilitar a identificação de questões importantes do EIA;
- A utilização de subsídios levantados junto à população no processo de determinação da importância relativa dos impactos.

Deve ocorrer ao longo do processo de AIA e deve ter lugar regularmente ao longo da fase de construção, operação e encerramento para atividades como a mineração. A informação e os materiais devem ser divulgados com antecedência de forma a permitir que os intervenientes tenham tempo suficiente para rever e apresentarem os seus comentários antes das decisões serem

tomadas. O material deve ser apresentado numa linguagem acessível a todos os intervenientes que forem consultados (IFC, 1999).

Existem diferentes níveis de participação pública. Em seguida segue-se o Quadro 3 com os diferentes níveis de participação pública (IAP2, 2000)

Quadro 3: Objetivos e promessas dos níveis de participação pública

Nível de participação do público	Objetivo primário	Promessas ao PA&Is
Informação	Proporcionar uma informação equilibrada e objetiva para melhorar a compreensão do problema, alternativas, e/ou solução	"Manter-vos-emos informados"
Consulta	Obter reações do público sobre as análises, alternativas e/ou decisões	"Manter-vos-emos informados, escutar-vos-emos e reconheceremos as vossas preocupações e traremos respostas sobre como é que as contribuições do público influenciaram a decisão"
Envolvimento	Trabalhar diretamente com o público ao longo de todo o processo para assegurar que as questões e preocupações do público sejam consistentemente compreendidas e consideradas	"Trabalharemos convosco para garantir que as vossas preocupações e questões estejam, diretamente refletidas nas alternativas desenvolvidas e traremos reações sobre como é que as contribuições do público influenciaram a decisão"
Colaboração	Partilhar com o público cada aspeto da decisão incluindo o desenvolvimento de alternativas na identificação da solução preferida	"Procurar-vos-emos para aconselhamento direto e inovação na formulação de soluções e incorporar o máximo possível os vossos conselhos e recomendações na decisão"
Atribuição de poderes	Colocar a iniciativa da tomada da decisão final nas mãos do público	"Implementaremos o que vocês decidirem"

As políticas do **Banco Mundial** relativas à participação pública incluem informação e consulta com os grupos afetados pelo projeto e as ONGs locais, acerca dos aspectos ambientais do projeto o mais breve possível no processo de AIA e assegurar que estes pontos de vista sejam levados em consideração.

Em **Moçambique** a participação pública compreende a consulta e a audiência pública. Implica no fornecimento de informação e auscultação a todas as PA&Is, direta ou indiretamente, por uma atividade, o pedido de esclarecimento, a formulação de sugestões, devendo realizar-se em conformidade com a respectiva diretiva a emitir pelo MICOA (Artigo 14 do Decreto 45/2004). É obrigatória para todas as atividades de categoria A, sendo facultativa para as de categoria B, todavia deve ocorrer sempre que implique a deslocação permanente ou temporária das populações ou comunidades, e sempre que haja deslocamento de bens ou restrição no uso dos recursos naturais.

A participação pública, desde a fase de concepção da atividade até à submissão dos relatórios de estudo de impacto ambiental é da responsabilidade do proponente. Da fase de revisão dos TdR até ao licenciamento ambiental, é da responsabilidade do MICOA.

No **Brasil** a Audiência Pública é o único mecanismo de participação social previsto na legislação ambiental para o processo de AIA (resolução CONAMA 001/86). De carácter não obrigatório, a audiência deve ser realizada após o recebimento do EIA/RIMA pelo órgão de meio ambiente, quando julgar pertinente ou quando requerida por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 ou mais cidadãos (IBAMA, 1995). Não tem carácter decisório, e sim de fundamentação para a decisão sobre o licenciamento ou não do empreendimento (Andreolli, 2004).

## 5.7 Monitoramento

O monitoramento é um instrumento para avaliar, em processo, se as previsões de impactos e medidas de prevenção e controle sugeridas nos estudos ambientais mostram-se adequadas, durante a implantação e operacionalização do empreendimento. Essa avaliação permanente permite constatar ineficiências no sistema de controle adotado, de forma que se possa promover, com agilidade, as correções necessárias (IBAMA, 1995). Sem monitoramento não há garantia de que as condições impostas pelo comitê de tomada de decisão estão a ser implementadas (Goldberg, 1995).

Um plano de monitoramento deve estar diretamente ligado às condições ambientais apresentadas na atividade proposta. O monitoramento deve incluir processos relevantes e parâmetros operacionais necessários para assegurar uma melhor supervisão do local bem como padrões ambientais para emissões e descargas a partir do local e níveis aceitáveis de concentração de agentes perigosos no solo e na água (Ramasar *et al.*, 2003).

As ações de monitoramento dos impactos de um empreendimento são de caráter permanente e devem constituir atividade rotineira dos empreendedores responsáveis pela atividade licenciada (IBAMA, 1995).

O **Banco Mundial** exige que o relatório de estudo de impacto ambiental contenha um plano de monitoramento. Neste deve vir especificado o tipo de monitoramento a ser realizado, os responsáveis pela implementação do mesmo, o custo e também se será necessário algum tipo de treinamento.

Em **Moçambique** o plano de monitoramento faz parte do EIA. É elaborado pela empresa de consultoria e apresentado ao DNAIA incluso no relatório do EIA. O plano de monitoramento é levado a cabo pelo empreendedor ao longo do processo de construção e operação da atividade proposta. Para verificar o cumprimento do plano de monitoramento por parte do empreendedor, existe um comitê de inspeção e auditoria dentro do MICOA. Auditores

ambientais privados podem também realizar inspeção e auditorias ambientais, desde que estejam registrados no MICOA.

No **Brasil**, o empreendedor é responsável pela proposição e execução do plano de monitoramento dos impactos decorrentes da implantação do seu empreendimento, apresentado para obtenção das licenças ambientais. Quem acompanha e monitora o plano de monitoramento proposto pelo empreendedor avaliando e fiscalizando o seu cumprimento é o órgão ambiental licenciador.

### **5.8 Auditoria Ambiental**

A auditoria ambiental é um instrumento de gestão e de avaliação sistemática, documentada e objetiva do funcionamento e organização do sistema de gestão e dos processos de controle e proteção do ambiente. (Decreto nº32/2003 – Regulamento para Auditoria Ambiental).

É mais um instrumento que permite ao órgão de meio ambiente verificar os aspectos de uma atividade, que resultará em impactos sobre a saúde humana, segurança e meio ambiente. Essa verificação ocorre de modo sistemático, organizado e documentado, através de um escopo e programa de trabalho pré-estabelecido, resultando em análise e recomendações que visam a equacionar possíveis distorções constantes no plano de monitoramento dos impactos da atividade (IBAMA, 1995).

Não existe referência nenhuma do **Banco Mundial** sobre Auditoria Ambiental.

Em **Moçambique**, é uma etapa considerada complementar ao processo de AIA, ou seja, não faz parte do processo em si, mas serve para documentar os resultados, aprender a partir de experiências, e melhorar a planificação do projeto e da AIA (Ramasar *et al.* 2003).

No **Brasil** a auditoria ambiental é considerada uma etapa do processo de AIA, realizada por uma equipe técnica designada pelo órgão do meio ambiente. A auditoria ambiental ocorre em 4 passos:

1. *Pré-auditoria*: na pré auditoria o órgão do meio ambiente seleciona o empreendimento a ser auditado. Seleciona os membros da equipe técnica e fornece-lhes credenciais para o exercício de auditoria ambiental. A equipe técnica planeja a auditoria ambiental com base nas informações já disponíveis sobre o empreendimento.
2. *Atividades "IN SITU"*:
  - Etapa 1: conhecer os sistemas de gestão do empreendimento
  - Etapa 2: identificar os pontos fracos e fortes
  - Etapa 3: coletar as evidências dos efeitos constatados
  - Etapa 4: Avaliar as constatações e registrar preliminarmente as conclusões da equipe
  - Etapa 5: discutir as constatações "in situ" em reunião interna da equipe técnica
3. *Elaboração do relatório*: Preparar e revisar a minuta do relatório de auditoria abordando aspectos ambientais, técnico-operacionais, jurídicos, administração da instalação e plano de ação para solucionar os problemas constatados, definindo responsabilidades e estabelecendo cronograma. Emitir o relatório e encaminhá-lo ao órgão do ambiente.
4. *Pós –auditoria*: Análise do relatório pelo órgão ambiental e emissão do laudo de auditoria ambiental e certificado de auditoria ambiental quando for o caso. O órgão ambiental encaminha o laudo e o certificado ao empreendedor e o empreendedor implementa o plano de ação constante do relatório de auditoria ambiental.



## 6. DISCUSSÃO

Apesar da legislação moçambicana ambiental ser relativamente recente (Política Nacional do Meio Ambiente, 1995) e de a legislação ambiental brasileira ter sido implementada muito antes da moçambicana (Política Nacional do Meio Ambiente, 1981) ambos países utilizam o processo de AIA como um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, de grande importância para a gestão ambiental e para o desenvolvimento sustentável. A Resolução nº 5/95 da Legislação Moçambicana, que aprova a Política Nacional do Meio Ambiente, tem como estratégia, para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento sócio-econômico, a definição e a elaboração das diretivas para a execução da Avaliação de Impacto Ambiental. Da mesma forma no Brasil, a Lei 6.938/81 que estabeleceu os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente no seu artigo 9º tem a Avaliação de Impacto Ambiental como um dos principais instrumentos do Plano Nacional do Meio Ambiente. O perfil institucional é bastante diferente nos 2 países sendo que no Brasil, por ser um estado federal, observa-se a existência de diversas instituições que atuam, a diferentes níveis, no processo de AIA (o próprio Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o OEMA, CONSEMA entre outros), enquanto que em Moçambique o estado é mais centralizado havendo apenas um Ministério para a Coordenação Ambiental e respectivas Direções Provinciais atuando no processo de AIA. No entanto se por um lado o figurino institucional é mais unitário e centralizado, a verdade é que o Ministério do Ambiente se assume como uma instituição de coordenação. Assim setores ambientais como áreas de conservação, florestas, recursos hídricos, entre outros, em Moçambique estão dispersos, aliados a diferentes ministérios, ao passo que no Brasil, estes setores ocorrem dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente.

O processo nos 2 países segue no geral as linhas norteadoras do modelo internacional do processo de AIA.

Existem, no entanto algumas diferenças em algumas das etapas. Segue-se o Quadro 4 apresentando um resumo da comparação dos 2 países referente a cada etapa do processo de AIA descrita nos capítulos anteriores.

Quadro 4: Comparação do processo de AIA em Moçambique e no Brasil

Etapas do processo de AIA	MOCAMBIQUE	BRASIL
<b>“Screening” ou triagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação de existência de questões fatais;</li> <li>- Caracterização da atividade em A, B ou C;</li> <li>- Responsável: MICOA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pedido de licença ambiental por parte do empreendedor ao órgão ambiental licenciador;</li> <li>- Definição se a atividade necessita ou não de licença ambiental;</li> <li>- Elaboração do RAP</li> <li>- Responsável: IBAMA ou OEMA</li> </ul>
<b>“Scoping”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrição do âmbito do estudo;</li> <li>- Elaboração dos TdR pela equipe multidisciplinar;</li> <li>- Participação pública;</li> <li>- Responsável: Equipe multidisciplinar e revisão dos TdR feita pelo MICOA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrição do âmbito do estudo;</li> <li>- Elaboração dos TdR: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pelo órgão do meio ambiente; ou</li> <li>• Pela equipe multidisciplinar</li> </ul> </li> <li>- Responsável: Equipe multidisciplinar e IBAMA ou OEMA</li> </ul>
<b>EIA/RIMA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração EIA incluindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição do âmbito</li> <li>• Descrição do projeto</li> <li>• Situação ambiental de referência</li> <li>• Potenciais impactos ambientais e respetivas medidas de mitigação</li> <li>• Plano de monitoramento e gestão ambiental</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do EIA/RIMA incluindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações gerais</li> <li>• Caracterização do empreendimento</li> <li>• Área de influência</li> <li>• Diagnóstico ambiental da área de influência</li> <li>• Análise dos impactos ambientais</li> <li>• Proposição de medidas</li> </ul> </li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de educação ambiental</li> <li>• Plano de contingências</li> </ul> <p>Responsável: Equipe multidisciplinar</p>	<p>mitigadoras</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de acompanhamento e monitoramento</li> </ul> <p>Responsável: Equipe multidisciplinar</p>
<b>Análise e revisão do EIA/RIMA</b>	<p>- O EIA é apresentado ao DNAIA em forma de relatório</p> <p>- O DNAIA tem até 45 dias úteis para manifestação da decisão (estipulado por lei)</p> <p>- Emissão da licença ambiental (1 única licença ambiental)</p>	<p>- O EIA/RIMA é apresentado ao órgão de meio ambiente (IBAMA ou OEMA) e analisado por este</p> <p>- O prazo é estipulado pelo órgão de ambiente na data do recebimento do EIA/RIMA</p> <p>- Emissão primeira das 3 licenças ambientais: licença prévia (as outras licenças são a licença de instalação e a licença de operação)</p>
<b>Participação pública</b>	<p>A participação pública ocorre ao longo de todo o processo tendo uma maior relevância nas etapas iniciais e finais do processo. Inclui a consulta e a audiência pública. Tem caráter obrigatório para atividades de categoria A.</p> <p>Responsáveis: proponente e MICOA.</p>	<p>A participação pública tem como instrumento apenas a audiência pública, não é obrigatória e quando levada a cabo apenas ocorre na etapa final do processo, ocorrendo em simultâneo com a etapa de análise e revisão do EIA/RIMA.</p> <p>Responsável: IBAMA, OEMA ou quando couber o Município</p>
<b>Monitoramento</b>	<p>Plano de monitoramento incluso no EIA entregue ao MICOA.</p> <p>Responsável: execução do</p>	<p>Entrega dos Relatórios e Monitoramento Ambiental ao órgão ambiental; emissão do parecer técnico pelo órgão</p>

	plano - empreendedor Verificação do cumprimento do Plano - Ministérios setoriais	ambiental (licença de instalação)
<b>Auditoria Ambiental</b>	Processo complementar do processo de AIA, com regulamento próprio.	Instrumento do proceso de AIA. Culmina com a missão da licença de operação

Na etapa de “screening” em Moçambique existe uma divisão das atividades em diferentes categorias mediante o tipo de EIA necessário: um EIA completo, um EIA simplificado ou não há necessidade de realização de EIA. As atividades referentes a cada uma das categorias constam dos anexos I, II e III publicados juntamente ao regulamento de AIA. De qualquer modo é o MICOA que certifica a categoria a ser atribuída ao projeto. No Brasil existe uma lista de atividades que requerem a realização de um EIA. Se a atividade proposta não se enquadra nesta lista, não necessitará de um EIA. As listas de atividades consideradas modificadoras do meio ambiente estão previstas na Lei 6.803/80 e nas Resoluções CONAMA 001/86, 011/86, 009/90 e 010/90. Uma ferramenta extra que ocorre no Brasil é o RAP (relatório ambiental preliminar) que pode fornecer informação suficiente para que o projeto possa passar imediatamente para a etapa de licenciamento sem necessidade de EIA.

Outro aspecto a ressaltar é a emissão da licença ambiental. Em Moçambique é emitida apenas 1 licença na altura da análise e revisão do EIA/RIMA, sendo essa licença válida para todo o processo de implementação, construção e operação da atividade proposta. Já no Brasil, a licença ambiental constitui-se de 3 licenças diferentes (licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO)) emitidas em diferentes etapas do processo. A LP é emitida na fase preliminar do planejamento da atividade, a LI é emitida após a aprovação do plano de monitoramento e a LO que é emitida após a realização da vistoria e confirmação do funcionamento dos sistemas de controle ambiental – Auditoria ambiental.

Ainda a considerar, e de grande importância para o processo de AIA é a participação pública, tida pelo Banco Mundial como uma etapa chave de todo o processo de AIA. Moçambique tem a participação pública (tanto a consulta pública como a audiência pública) como obrigatória no seu regulamento sobre o processo de AIA. Já o Brasil apresenta como instrumento de participação pública as audiências públicas que não têm carácter obrigatório nem decisivo.

E por fim, com relação à etapa de Auditoria Ambiental, observa-se que em Moçambique a Auditoria Ambiental é um processo complementar à Avaliação de Impacto Ambiental e tratado a parte do ponto de vista dos regulamentos, enquanto que no Brasil faz parte integrante do processo de AIA.

## 7. CONCLUSÕES

Da análise comparativa dos regulamentos e procedimentos pode-se concluir que tanto Moçambique como o Brasil utilizam o processo de AIA como instrumento de política ambiental de forma a assegurar um desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que o Brasil é pioneiro no processo de AIA em relação a Moçambique, com uma Política Nacional do Meio Ambiente de 1981 e com a implementação da obrigatoriedade da realização de EIA/RIMA de 1986. Moçambique, apesar de ser um país novo, com uma independência de 30 anos, que incorporou os problemas ambientais no seu governo muito mais tarde que o Brasil (a Política Nacional do Meio Ambiente data de 1995 e a obrigatoriedade da realização do EIA de 1997), encontra-se a par do Brasil na luta por um desenvolvimento sustentável, tendo incorporado o processo de AIA como imperativo para o desenvolvimento do país numa fase em que os seus recursos naturais, infra-estruturas necessitam de recuperação para assegurar um melhor desenvolvimento ao país.

Os dois países apresentam um sistema de governo de natureza diversa que está refletido nos seus regulamentos: enquanto Moçambique é um estado mais centralizado e unitário, o Brasil apresenta um estado federativo que faz multiplicar naturalmente a complexidade das estruturas de governação e controle. Porém apesar de Moçambique ser um estado centralizado, o Ministério do Ambiente surge apenas como entidade coordenadora, cuja função principal é articular instituições já existentes e não se substituir ou sobrepor a elas. Todo o controle de águas, florestas, faunas e solos é realizado em Moçambique por instituições que não pertencem ao MICOA nem têm relações de subordinação com esse Ministério.

O processo ocorre de forma semelhante nos 2 países, seguindo um modelo que foi sendo padronizado em todo mundo devido á influência normalizadora de instituições como o Banco Mundial, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

Os 2 países seguem esta linha orientadora, porém com algumas diferenças interessantes no que diz respeito às etapas de Participação Pública, onde em Moçambique é tida como obrigatória por lei, e ocorre ao longo de todo o processo de AIA, e no Brasil onde não tem carácter obrigatório nem decisivo; a emissão de licenças, sendo que em Moçambique é emitida apenas uma licença ambiental para aprovar o projeto e no Brasil são emitidas três licenças ambientais para aprovar o projeto; e também na etapa de Auditoria Ambiental que em Moçambique é tida como um processo à parte do processo de AIA com regulamento específico e no Brasil faz parte integrante do processo de AIA.

Pode-se ainda dizer que Moçambique, por ter adotado o processo de AIA mais tarde que o Brasil, incorporou com uma maior facilidade as questões mais atuais do sistema, nomeadamente a etapa da Participação Pública. A Participação Pública nos dias de hoje é tida como um instrumento fundamental ao processo de AIA, pois a importância da incorporação das preocupações das comunidades no processo AIA torna-o mais eficaz e com melhores resultados.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \*Agenda 21 Moçambique - **capítulo 8: Instrumentos legais para assuntos ambientais**. 2005. Site (<http://www.fema.org.mz/article/articleview/35/1/35/>) acessado aos 05/05/2005
- \*Ambiente Brasil. **Diretrizes Ambientais, Conceitos de Avaliação, Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais**. 2005. Site (<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=/gestao/index.html&conteudo=/gestao/diretrizes.html>), Acessado aos 05/03/2005
- \*Andreolli, C., **Manual de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental**, Curitiba, 2004.
- \*BURSZTYN, M. A. A. **Gestão ambiental: Instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, 1994.
- \*Canadian Environmental Assessment Agency, **Basics of Environment Assessment**. 2005. Site ([http://www.ceaa.gc.ca/010/basics\\_e.htm](http://www.ceaa.gc.ca/010/basics_e.htm)), Acessado aos 05/05/2005
- \*CARNEIRO, R. S., **Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP. Curso: Introdução à Legislação Ambiental – Legislação Conservacionista Básica**, 21 a 23 de novembro. Rio de Janeiro: 1994.
- \*CHOWDHURY, M., HAMBREY, J., PHILLIPS, M., SHIVAPPA, R., **Guidelines for the Environmental Assessment of Coastal Aquaculture Development**, SEACAM (secretariat for Eastern African Coastal Area Management), Maputo, 2000.
- \*CSIR, **EIA Project Management Manual: A practical Guide to Managing the EIA Process**. CSIR Manual, 2001.
- \*COUTO, M., HATTON J., OGLETHORPE, J., **Biodiversity and war: A case Study of Mozambique**. 1999.
- Site (<http://www.worldwildlife.org/bsp/publications/africa/146/Mozambique.pdf>). Acessado aos 15/04/2005



- \*Environmental Impact Assessment, **Documents and information repositories on Impact Assessment: Defining Impact Assessment**. 2005. Site (<http://www.gdrc.org/uem/eia/define.html>), Acessado aos 04/04/2005
- \*FARIA DE SÁ, M. **Processo de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) do empreendimento Sapiens Parque**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- \*GOLDBERG, **A comparison of six Environmental Impact Assessment Regimes: The United States; The Czech Republic; Slovakia; The European Community; The World Bank; The European Bank for Reconstruction and Development**. 1995. Site (<http://www.ciel.org/publications/acomparisonof6EnvReg.pdf>). Acessado aos 19/05/2005
- \*HATTON, J. TELFORD, S. & KRUGMAN, H. **Mozambique country report – Environmental Impact Assessment in Southern Africa**. Southern African Institute for Environmental Assessment, Windhoek 2003.
- \*IAP2, **Public Participation Spectrum**, 2000. Site (<http://www.iap2.org/practitionertools/spectrum>). Acessado aos 25/05/2005
- \*IBAMA - **AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL: Agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília, 1995.
- \*IFC. **Doing Better Business Through Effective Public Consultation Disclosure: a Good Practice Manual**. 2000. Site (<http://www.ifc.org/enviro/Publications/Practice/practice.htm>) , acessado aos 19/05/2005
- \*INE et al, **IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV/AIDS EM MOÇAMBIQUE**, Maputo, Maio 2004.
- \*Lei Federal Nº 6.938/81 - Lei de Política Nacional do Meio Ambiente de 31 de agosto de 1981. Site ([http://www.ambiente.sp.gov.br/leis\\_internet/geral/politica\\_meio/lei\\_fed693881.htm](http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/geral/politica_meio/lei_fed693881.htm)). Acessado aos 11/05/05
- \*MARRIOTT, B., **Environmental Impact Assessment – a practical guide**, McGraw-Hill, EUA 1997.
- \*MICOA– **Estatuto orgânico do Ministério para a Coordenação Ambiental**. 2005. Site (<http://www.micoa.gov.mz/Estatuto%20Organico.htm>). Acessado aos 11/05/05

- \*MICOA. **Programa Nacional de Gestão Ambiental**. Maputo, Maio 1996.
- \*Ministério da Justiça, Secretaria de Direito Econômico, **Consulta Pública**. 2005. Site ([http://www.mj.gov.br/sde/consulta\\_publica.htm](http://www.mj.gov.br/sde/consulta_publica.htm)). Acessado aos 14/04/2005
- \*Ministério do Meio Ambiente. **Estatuto orgânico**. 2005. Site ([http://www.mma.gov.br/?id\\_estrutura=8&id\\_conteudo=179](http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=8&id_conteudo=179)) Acessado aos 11/05/2005
- \*MOÇAMBIQUE, 2004. Decreto-lei nº 45, de 28 de setembro de 2004. Estabelece regulamento sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental (ementa completa). **BOLETIM DA REPÚBLICA – Publicação Oficial da República de Moçambique**, Maputo, I Série, n.66, p.406, 29 set. 2004.
- \*MOÇAMBIQUE, 1997. Lei 20/97, de 7 de outubro de 1997 – Lei do Ambiente **BOLETIM DA REPÚBLICA – Publicação Oficial da República de Moçambique**, Maputo, I Série, n.40, 3º suplemento, 20 out. 1997.
- \*NOGUEIRA-NETO, P., **Decisões no Setor**, Ministério das Relações Exteriores. 2005. Site (<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/sitamb/decsetor/index.htm>) acessado aos 12/05/05
- \*OLIVEIRA, A. A. & BURSZTYN, M. **Avaliação de impacto ambiental de políticas públicas**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 2, nº3, setembro 2001. Site ([http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n3\\_aparecida\\_marcel.pdf](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n3_aparecida_marcel.pdf)), acessado aos 18/05/2005
- \*PRADO FILHO, J.F. & SOUZA, M. P. **O Licenciamento Ambiental da Mineração no Quadrilátero Ferífero de Minas Gerais – Uma análise da implementação de medidas de controle ambiental formuladas em EIAs/RIMAs** – Artigo técnico, Revista de Eng. Sanitária do Ambiente, vol. 9, nº 4 out/dez 2004. Site (<http://www.abes-dn.org.br/publicacoes/engenharia/resaonline/v9n4/artitotecnico343a349.pdf>), acessado aos 18/05/2005
- \*PETTS, J. & EDULJEE, G., **Environmental Impact Assessment for Waste Treatment and Disposal Facilities**, Wiley, England 1994.

- \*RAMASAR, V. et al, **Diretrizes para a Avaliação Ambiental da Mineração Costeira**, SEACAM (Secretariado Regional para a Gestão Costeira dos Países da África Oriental), Maputo, 2003.
- \*SADLER, B. International Study of the Effectiveness of Environmental Assessment, **Final Report - Environmental Assessment in a changing world: Evaluating Practice to Improve Performance**, Junho 1996. Site ([http://www.ceaa.qc.ca/017/012/iaia8\\_e.pdf](http://www.ceaa.qc.ca/017/012/iaia8_e.pdf)). Acessado aos 5/05/2005
- \*The EIA process: **Screening**. 2005. Site (<http://www.brad.ac.uk/staff/pghopkin/screen.html>). Acessado aos 04/04/2005
- \*The EIA process: **What is EIA?** 2005. Site (<http://www.brad.ac.uk/staff/pghopkin/whatisea.html>) Acessado aos 04/04/2005
- \*TORRES, R. C., **O Licenciamento Ambiental no segmento de exploração e produção offshore de Petróleo no Brasil (Conceitos, Definições, Competências e Diagnóstico dos processos licenciatórios)**, Dissertação de Mestrado em Sistemas de gestão do Meio Ambiente, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Fevereiro de 2004.
- \* UNEP TIE, EIA for Industry, **Status report on UNEP TIE Initiative to Improve Industrial Project Planning** through an International Workshop held in Paris, France, March 1999. Site (<http://www.uneptie.org/pc/pc/tools/pdfs/EIA2-rpt.pdf>). Acessado aos 04/05/2005
- \*UNEP. **Environmental Impact Assessment Training Resource Manual. EIA:Issues, Trends and Practice** (R Bisset). 1996.
- \*Wikipédia, a enciclopédia livre – IBAMA. Site (<http://pt.wikipedia.org/wiki/IBAMA>) Acessado aos 11/05/05
- \*World Bank, **Manual operacional do Banco Mundial, OP 4.01: Avaliação Ambiental**.1999. Site ([http://wbln0018.worldbank.org/html/eswwwebsite.nsf/BillboardPictures/OP401Portuguese/\\$FILE/OP401Portuguese.pdf](http://wbln0018.worldbank.org/html/eswwwebsite.nsf/BillboardPictures/OP401Portuguese/$FILE/OP401Portuguese.pdf)). Acessado aos 27/04/2005
- \*World Bank: Partnerships for Development – **“The Bank’s evolving Environmental Agenda- achievements and future challenges”**, Published by Creative Communications Group, USA, 2000

\*World Bank: **World Development Indicators**, World Bank, USA 2000

# **ANEXO I**

## ARTIGO 29

## (Utilização gratuita da terra)

O uso e aproveitamento da terra é gratuito quando se destina

- a) ao Estado e suas instituições
- b) às associações de utilidade pública reconhecidas pelo Conselho de Ministros
- c) às explorações familiares às comunidades locais e pessoas singulares que as integram
- d) às cooperativas e associações agro pecuárias nacionais de pequena escala

## CAPÍTULO VIII

## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

## ARTIGO 30

## (Representação e actuação das comunidades locais)

Os mecanismos de representação e actuação próprios das comunidades locais no que respeita aos direitos de uso e aproveitamento de terra são fixados por lei

## ARTIGO 31

## (Planos de uso da terra)

Os princípios para elaboração e aprovação de planos de uso da terra são definidos por lei

## ARTIGO 32

## (Aplicação da Lei)

1 Os direitos de uso e aproveitamento da terra sejam adquiridos por ocupação ou por aprovação de um pedido passam a reger-se pela presente Lei salvaguardados os direitos adquiridos

2 A resolução de conflitos sobre a terra é feita em foro moçambicano

## ARTIGO 33

## (Regulamentação)

Compete ao Conselho de Ministros aprovar a regulamentação da presente Lei

## ARTIGO 34

## (Legislação anterior)

São revogadas as Leis n.º 6/79 de 3 de Julho e n.º 1/86 de 16 de Abril e a demais legislação anterior contrária à presente Lei

## ARTIGO 35

## (Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação

Aprovada pela Assembleia da República aos 31 de Julho de 1997

O Presidente da Assembleia da República em exercício  
Abdul Carimo Malhoméd Issá

Promulgada a 1 de Outubro de 1997

Publique-se

O Presidente da República JOAQUIM ALBERTO CHIESANO

## Lei n.º 20/97

de 1 de Outubro

A Constituição do nosso país confere a todos os cidadãos o direito de viver num ambiente equilibrado, assim como o dever de o defender. A materialização deste direito passa necessariamente por uma gestão correcta do ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias à saúde e ao bem-estar das pessoas ao desenvolvimento sócio económico e cultural das comunidades e à preservação dos recursos naturais que as sustentam

Nestes termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 135 da Constituição a Assembleia da República determina,

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES GERAIS

## ARTIGO 1

## (Definições)

Para efeitos da presente Lei

- 1 *Actividade* é qualquer acção de iniciativa pública ou privada relacionada com a utilização ou a exploração de componentes ambientais a aplicação de tecnologias ou processos produtivos, planos, programas, actos legislativos ou regulamentares, que afecta ou pode afectar o ambiente
- 2 *Ambiente* é o meio em que o Homem e outros seres vivem e interagem entre si e com o próprio meio e inclui
  - a) o ar a luz a terra e a água
  - b) os ecossistemas a biodiversidade e as relações ecológicas
  - c) toda a matéria orgânica e inorgânica
  - d) todas as condições sócio-culturais e económicas que afectam a vida das comunidades
- 3 *Associações de Defesa do Ambiente* são pessoas colectivas que tem como objecto a protecção a conservação e a valorização dos componentes ambientais. Estas associações podem ter âmbito internacional nacional regional ou local
- 4 *Auditoria Ambiental* é um instrumento de gestão e de avaliação sistemática documentada e objectiva do funcionamento e organização de sistema de gestão e dos processos de controlo e protecção do ambiente
- 5 *Avaliação do Impacto Ambiental* é um instrumento de gestão ambiental preventiva e consiste na identificação e análise previa qualitativa e quantitativa dos efeitos ambientais benéficos e perniciosos de uma actividade proposta
- 6 *Biodiversidade* é a variedade e variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens incluindo entre outros os ecossistemas terrestres marinhos e outros ecossistemas aquáticos assim como os complexos ecológicos dos quais fazem parte compreende a diversidade dentro de cada espécie entre as espécies e de ecossistemas

- 7 *Componentes Ambientais* são os diversos elementos que integram o ambiente e cuja interacção permite o seu equilíbrio, incluindo o ar, a água, o solo, o subsolo, a flora, a fauna e todas as condições socio-económicas e de saúde que afectam as comunidades, são também designados correntemente por recursos naturais
- 8 *Degradação do Ambiente* é a alteração adversa das características do ambiente e inclui, entre outras, a poluição, a desertificação, a erosão e o deflorestamento
- 9 *Deflorestamento* é a destruição ou abate indiscriminado de matas e florestas sem a reposição devida
- 10 *Desenvolvimento Sustentável* é o desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades
- 11 *Desertificação* é um processo de degradação do solo, natural ou provocado pela remoção da cobertura vegetal ou utilização predatória que, devido a condições climáticas, acaba por transformá-lo num deserto
- 12 *Ecossistema* é um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e o seu ambiente não vivo, que interagem como uma unidade funcional
- 13 *Erosão* é o desprendimento da superfície do solo pela acção natural dos ventos ou das águas, que muitas vezes é intensificado por práticas humanas de retirada de vegetação
- 14 *Estudo de Impacto Ambiental* é a componente do processo de avaliação do impacto ambiental que analisa técnica e cientificamente as consequências da implantação de actividades de desenvolvimento sobre o ambiente.
- 15 *Gestão Ambiental* é o manejo e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais, incluindo o seu reuso, reciclagem, protecção e conservação
- 16 *Impacto Ambiental* é qualquer mudança do ambiente, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas
- 17 *Legislação Ambiental* abrange todo e qualquer diploma legal que rege a gestão do ambiente
- 18 *Legislação Sectorial* são os diplomas legais que regem um componente ambiental específico
- 19 *Padrões de Qualidade Ambiental* são os níveis admissíveis de concentração de poluentes prescritos por lei para os componentes ambientais com vista a adequá-los a determinado fim
- 20 *Peritagem Ambiental* é a investigação realizada por um grupo integrando especialistas de idoneidade e reputação reconhecidas, com vista a avaliar a gravidade e custos dos danos causados ao ambiente
- 21 *Poluição* é a deposição, no ambiente, de substâncias ou resíduos, independentemente da sua forma, bem como a emissão de luz, som e outras formas de energia, de tal modo e em quantidade tal que o afecta negativamente

22 *Qualidade do Ambiente* é o equilíbrio e a sanidade do ambiente, incluindo a adequação dos seus componentes às necessidades do homem e de outros seres vivos

23 *Lixos ou Resíduos Perigosos* são substâncias ou objectos que se eliminam, que se tem a intenção de eliminar ou que se é obrigado por lei a eliminar e que contêm características de risco por serem inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos, infecciosos ou radioactivos, ou por apresentarem qualquer outra característica que constitua perigo para a vida ou saúde do homem e de outros seres vivos e para a qualidade do ambiente

24 *Zonas Húmidas* são áreas de pântano, brejo, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, parada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo as águas do mar cuja profundidade na maré baixa não excede seis metros, que sustentam a vida vegetal ou animal que requeira condições de saturação aquática do solo

## ARTIGO 2

### (Objecto)

A presente Lei tem como objecto a definição das bases legais para uma utilização e gestão correctas do ambiente e seus componentes, com vista à materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável no país

## ARTIGO 3

### (Âmbito)

A presente Lei aplica-se a todas as actividades públicas ou privadas que directa ou indirectamente possam influir nos componentes ambientais

## ARTIGO 4

### (Princípios fundamentais)

A gestão ambiental baseia-se em princípios fundamentais decorrentes do direito de todos os cidadãos a um ambiente ecologicamente equilibrado, propício à sua saúde e ao seu bem-estar físico e mental nomeadamente:

- a) da utilização e gestão racionais dos componentes ambientais, com vista à promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas
- b) do reconhecimento e valorização das tradições e do saber das comunidades locais que contribuam para a conservação e preservação dos recursos naturais e do ambiente
- c) da precaução, com base na qual a gestão do ambiente deve priorizar o estabelecimento de sistemas de prevenção de actos lesivos ao ambiente de modo a evitar a ocorrência de impactos ambientais negativos significativos ou irreversíveis, independentemente da existência de certeza científica sobre a ocorrência de tais impactos

- d) da visão global e integrada do ambiente, como um conjunto de ecossistemas interdependentes, naturais e construídos, que devem ser geridos de maneira a manter o seu equilíbrio funcional sem exceder os seus limites intrínsecos;
- e) da ampla participação dos cidadãos, como aspecto crucial da execução do Programa Nacional de Gestão Ambiental;
- f) da igualdade, que garante oportunidades iguais de acesso e uso de recursos naturais a homens e mulheres;
- g) da responsabilização, com base na qual quem polui ou de qualquer outra forma degrada o ambiente, tem sempre a obrigação de reparar ou compensar os danos daí decorrentes;
- h) da cooperação internacional, para a obtenção de soluções harmoniosas dos problemas ambientais, reconhecidas que são as suas dimensões transfronteiriças e globais.

## CAPÍTULO II

### ÓRGÃOS DE GESTÃO AMBIENTAL

#### ARTIGO 5

##### (Programa Nacional de Gestão Ambiental)

Cabe ao Governo elaborar e executar o Programa Nacional de Gestão Ambiental.

#### ARTIGO 6

##### (Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável)

1. Com vista a garantir-se uma efectiva e correcta coordenação e integração dos princípios e das actividades de gestão ambiental no processo de desenvolvimento do país, é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

2. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável é um órgão consultivo do Conselho de Ministros e serve também como fórum de auscultação da opinião pública sobre questões ambientais.

3. Compete ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável:

- a) pronunciar-se sobre as políticas sectoriais relacionadas com a gestão de recursos naturais;
- b) emitir parecer sobre propostas de legislação complementar à presente Lei, incluindo as propostas criadoras ou de revisão de legislação sectorial relacionada com a gestão de recursos naturais do país;
- c) pronunciar-se sobre as propostas de ratificação de convenções internacionais relativas ao ambiente;
- d) elaborar propostas de criação de incentivos financeiros ou de outra natureza para estimular os agentes económicos para a adopção de procedimentos ambientalmente sãos na utilização quotidiana dos recursos do país;
- e) propor mecanismos de simplificação e agilização do processo de licenciamento de actividades relacionadas com o uso de recursos naturais;
- f) formular recomendações aos ministros das diversas áreas de gestão de recursos naturais sobre aspectos relevantes das respectivas áreas;

g) servir como foro de resolução de diferendos institucionais relacionados com a utilização e gestão de recursos naturais;

h) exercer as demais funções que lhe forem cometidas pela presente Lei e pela demais legislação ambiental.

4. A composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável são regulados por decreto do Conselho de Ministros.

#### ARTIGO 7

##### (Órgãos locais)

A nível local são criados serviços responsáveis pela implementação da presente Lei, os quais garantem a coordenação da acção ambiental a esse nível e a descentralização na sua execução, de modo a permitir um aproveitamento adequado das iniciativas e conhecimentos locais.

#### ARTIGO 8

##### (Participação pública na gestão do ambiente)

É obrigação do Governo criar mecanismos adequados para envolver os diversos sectores da sociedade civil, comunidades locais, em particular as associações de defesa do ambiente, na elaboração de políticas e legislação relativa à gestão dos recursos naturais do país, assim como no desenvolvimento das actividades de implementação do Programa Nacional de Gestão Ambiental.

## CAPÍTULO III

### POLUIÇÃO DO AMBIENTE

#### ARTIGO 9

##### (Proibição de poluir)

1. Não é permitida, no território nacional, a produção, o depósito no solo e no subsolo, o lançamento para a água ou para a atmosfera, de quaisquer substâncias tóxicas e poluidoras, assim como a prática de actividades que acelerem a erosão, a desertificação, o deflorestamento ou qualquer outra forma de degradação do ambiente, fora dos limites legalmente estabelecidos.

2. É expressamente proibida a importação para o território nacional de resíduos ou lixo perigosos, salvo o que vier estabelecido em legislação específica.

#### ARTIGO 10

##### (Padrões de qualidade ambiental)

1. O Governo deve estabelecer padrões de qualidade ambiental, de modo a assegurar uma utilização sustentável dos recursos do país.

2. Na definição dos padrões de qualidade ambiental, são, igualmente, estabelecidas normas e prazos para a adequação dos processos agrícolas e industriais, às máquinas e aos meios de transporte e criados dispositivos ou processos adequados para reter ou neutralizar substâncias poluidoras.

## CAPÍTULO IV

### MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE

#### ARTIGO 11

##### (Protecção do património ambiental)

O Governo deve assegurar que o património ambiental, especialmente o histórico e cultural, seja objecto de medidas



permanentes de defesa e valorização, com o envolvimento adequado das comunidades, em particular as associações de defesa do ambiente.

#### ARTIGO 12

##### (Protecção da biodiversidade)

1. São proibidas todas as actividades que atentem contra a conservação, reprodução, qualidade e quantidade dos recursos biológicos, especialmente os ameaçados de extinção.

2. O Governo deve assegurar que sejam tomadas medidas adequadas com vista à:

- a) manutenção e regeneração de espécies animais, recuperação de habitats danificados e criação de novos habitats, controlando-se especialmente as actividades ou o uso de substâncias susceptíveis de prejudicar as espécies faunísticas e os seus habitats;
- b) protecção especial das espécies vegetais ameaçadas de extinção ou dos exemplares botânicos, isolados ou em "grupo que, pelo seu potencial genético, porte, idade, raridade, valor científico e cultural, o exijam.

#### ARTIGO 13

##### (Áreas de protecção ambiental)

1. A fim de assegurar a protecção e preservação dos componentes ambientais, bem como a manutenção e melhoria de ecossistemas de reconhecido valor ecológico e sócio-económico, o governo estabelece áreas de protecção ambiental devidamente sinalizadas.

2. As áreas protegidas podem ter âmbito nacional, regional, local ou ainda internacional, consoante os interesses que procuram salvaguardar e podem abranger áreas terrestres, águas lacustres, fluviais ou marítimas e outras zonas naturais distintas.

3. As áreas de protecção ambiental são submetidas a medidas de classificação, conservação e fiscalização, as quais devem ter sempre em consideração a necessidade de preservação da biodiversidade, assim como dos valores de ordem social, económica, cultural, científica e paisagística.

4. As medidas referidas no número anterior devem incluir a indicação das actividades permitidas ou proibidas no interior das áreas protegidas e nos seus arredores, assim como a indicação do papel das comunidades locais na gestão destas áreas.

#### ARTIGO 14

##### (Implantação de infra-estruturas)

1. É proibida a implantação de infraestruturas habitacionais ou para outro fim que, pela sua dimensão, natureza ou localização, provoquem um impacto negativo significativo sobre o ambiente, o mesmo se aplicando à deposição de lixo ou materiais usados.

2. A proibição inserida no número anterior aplica-se especialmente à zona costeira, às zonas ameaçadas de erosão ou desertificação, às zonas húmidas, às áreas de protecção ambiental e a outras zonas ecologicamente sensíveis.

3. São estabelecidas por regulamento as normas para a implantação de infra-estruturas nas áreas referidas no número anterior. É igualmente regulamentada a implantação de infra-

estruturas nas áreas que circundam as rodovias, as ferrovias, as barragens, os portos e aeroportos, entre outros, de modo a que se não prejudique o seu funcionamento, a sua possibilidade de expansão, assim como a harmonia da paisagem.

#### CAPÍTULO V

#### PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

#### ARTIGO 15

##### (Licenciamento ambiental)

1. O licenciamento e o registo das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impactos significativos sobre o ambiente, são feitos de acordo com o regime a estabelecer pelo governo, por regulamento específico.

2. A emissão da licença ambiental é baseada numa avaliação do impacto ambiental da proposta de actividade e precede a emissão de quaisquer outras licenças legalmente exigidas para cada caso.

#### ARTIGO 16

##### (Avaliação do impacto ambiental)

1. A avaliação do impacto ambiental tem como base um estudo de impacto ambiental a ser realizado por entidades credenciadas pelo Governo.

2. Os moldes da avaliação do impacto ambiental para cada caso, assim como as demais formalidades, são indicados em legislação específica.

#### ARTIGO 17

##### (Conteúdo mínimo do estudo do impacto ambiental)

O estudo do impacto ambiental compreende, no mínimo, a informação seguinte:

- a) resumo não técnico do projecto;
- b) descrição da actividade a desenvolver;
- c) situação ambiental do local de implantação da actividade;
- d) modificações que a actividade provoca nos diferentes componentes ambientais existentes no local;
- e) medidas previstas para suprimir ou reduzir os efeitos negativos da actividade sobre a qualidade do ambiente;
- f) sistemas previstos para o controlo e monitorização da actividade.

#### ARTIGO 18

##### (Auditorias ambientais)

1. Todas as actividades que à data da entrada em vigor desta Lei se encontrem em funcionamento sem a aplicação de tecnologias ou processos apropriados e, por consequência disso, resultem ou possam resultar em danos para o ambiente, são objecto de auditorias ambientais.

2. Os custos decorrentes da reparação dos danos ambientais eventualmente constatados pela auditoria são da responsabilidade dos empreendedores.

## CAPITULO VI

## DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS

## ARTIGO 19

## (Direito à informação)

Todas as pessoas têm o direito de acesso à informação relacionada com a gestão do ambiente do país, sem prejuízo dos direitos de terceiros legalmente protegidos.

## ARTIGO 20

## (Direito à educação)

Com vista a assegurar uma correcta gestão do ambiente e a necessária participação das comunidades, o Governo deve criar, em colaboração com os órgãos de comunicação social, mecanismos e programas para a educação ambiental formal e informal.

## ARTIGO 21

## (Direito de acesso à justiça)

1. Qualquer cidadão que considere terem sido violados os direitos que lhe são conferidos por esta Lei, ou que considere que existe ameaça de violação dos mesmos, pode recorrer às instâncias jurisdicionais para obter a reposição dos seus direitos ou a prevenção da sua violação.

2. Qualquer pessoa que, em consequência da violação das disposições da legislação ambiental, sofra ofensas pessoais ou danos patrimoniais, incluindo a perda de colheitas ou de lucros, pode processar judicialmente o autor dos danos ou da ofensa e exigir a respectiva reparação ou indemnização.

3. As acções legais referidas nos nºs 1 e 2 deste artigo seguem os termos processuais adequados.

4. Compete ao Ministério Público a defesa dos valores ambientais protegidos por esta Lei, sem prejuízo da legitimidade dos lesados para propor as acções nela referidas.

## ARTIGO 22

## (Embargos)

Aqueles que se julguem ofendidos nos seus direitos a um ambiente ecologicamente equilibrado podem requerer a suspensão imediata da actividade causadora da ofensa seguindo-se, para tal efeito, o processo do embargo administrativo ou outros meios processuais adequados.

## ARTIGO 23

## (Obrigação de participação de infracções)

Qualquer pessoa que verifique infracções às disposições desta Lei ou de qualquer outra legislação ambiental, ou que razoavelmente presuma que tais infracções estejam na iminência de ocorrer, tem a obrigação de informar as autoridades policiais ou outros agentes administrativos mais próximos sobre o facto.

## ARTIGO 24

## (Obrigação de utilização responsável dos recursos)

Todas as pessoas têm a obrigação de utilizar os recursos naturais de forma responsável e sustentável, onde quer que se

encontrem e independentemente do fim, assim como o dever de encorajar as outras pessoas a proceder do mesmo modo.

## CAPITULO VII

## RESPONSABILIDADES, INFRACÇÕES E SANÇÕES

## ARTIGO 25

## (Seguro de responsabilidade civil)

Todas as pessoas que exerçam actividades que envolvam elevado risco de degradação do ambiente e assim classificadas pela legislação sobre a avaliação do impacto ambiental, devem segurar a sua responsabilidade civil.

## ARTIGO 26

## (Responsabilidade objectiva)

1. Constituem-se na obrigação de pagar uma indemnização aos lesados todos aqueles que, independentemente de culpa e da observância dos preceitos legais, causem danos significativos ao ambiente ou provoquem a paralisação temporária ou definitiva de actividades económicas, como resultado da prática de actividades especialmente perigosas.

2. Compete ao Governo supervisionar a avaliação da gravidade dos danos e a fixação do seu valor, que são efectuadas por via de uma peritagem ambiental.

3. Sempre que as circunstâncias o exijam, o Estado toma as medidas necessárias para prevenir, conter ou eliminar qualquer dano grave ao ambiente, gozando, contudo, do direito de regresso pelos custos suportados.

## ARTIGO 27

## (Crimes e contravenções ambientais)

As infracções de carácter criminal, bem como as contravenções relativas ao ambiente, são objecto de previsão em legislação específica.

## CAPITULO VIII

## FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

## ARTIGO 28

## (Agentes de fiscalização ambiental)

Compete ao Governo criar, em termos a regulamentar, um corpo de agentes de fiscalização ambiental competentes para velar pela implementação da legislação ambiental e para a tomada das providências necessárias para prevenir a violação das suas disposições.

## ARTIGO 29

## (Dever de colaboração)

Todas as pessoas encarregues de uma actividade ou lugar sujeito à fiscalização devem colaborar com os agentes de fiscalização na realização das suas actividades.

## ARTIGO 30

## (Participação das comunidades)

Com vista a garantir a necessária participação das comunidades locais e a utilizar adequadamente os seus conhecimentos e recursos humanos, o Governo, em coordenação com as autoridades locais, promove a criação de agentes de fiscalização comunitários.

## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO 31 (Incentivos)

Compete ao Governo criar incentivos económicos ou de outra natureza com vista a encorajar a utilização de tecnologias e processos produtivos ambientalmente sãos.

#### ARTIGO 32 (Legislação sectorial)

1 A legislação existente que rege a gestão dos componentes ambientais deve ser ajustada às disposições da presente Lei.

2 A regulamentação da presente Lei compete ao Governo fixar os prazos para que os projectos já autorizados e os empreendimentos em curso que contrariem os seus dispositivos sejam a esta ajustados.

#### ARTIGO 33 (Legislação complementar)

Cabe ao Governo adoptar as medidas regulamentares necessárias à efectivação da presente Lei.

#### ARTIGO 34 (Vigência)

A presente Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação no *Boletim da República*.

Aprovada pela Assembleia da República, aos 31 de Julho de 1997.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício,  
*Abdul Carimo Mahomed Issá*.

Promulgada, a 1 de Outubro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

Lei nº 21/97  
de 1 de Outubro

O desenvolvimento económico do país depende da existência e disponibilidade de energia eléctrica, cuja produção e transmissão exigem avultados investimentos.

O Estado, as suas instituições e as demais pessoas colectivas de direito público, desempenham uma acção determinante, cabendo à iniciativa privada um importante papel no desenvolvimento da rede eléctrica nacional.

Tornando-se necessário dotar a ordem jurídica moçambicana de um instrumento básico regulador da actividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República determina:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO 1 (Definições)

Para efeitos da presente Lei, considera-se:

1. *Comercialização de energia eléctrica*: venda da energia eléctrica a um consumidor para utilização própria ou para efeitos de revenda a terceiros.

2. *Concessão*: autorização atribuída pela entidade competente para a produção, transporte, distribuição e comercialização, incluindo a importação e exportação de energia eléctrica, bem como a construção, operação e gestão de instalações eléctricas, conjunta ou separadamente, por entidades públicas ou privadas, nos termos da presente Lei e seu Regulamento.
3. *Concessionário*: titular de uma concessão atribuída nos termos da presente Lei.
4. *Consumidor*: pessoa ou entidade a quem é fornecida energia eléctrica para uso doméstico, industrial ou comercial.
5. *Contrato de concessão*: contrato administrativo em que se definem os termos e condições aplicáveis à realização, conjunta ou separadamente, das actividades de fornecimento de energia eléctrica.
6. *Distribuição de energia eléctrica*: transmissão de energia eléctrica com uma tensão a baixo de 66 KV a partir das subestações abaixadoras, dos postos de transformação ou dos postos de seccionamento as instalações que recebem e transmitem a corrente eléctrica aos consumidores.
7. *Força maior*: qualquer facto imprevisível e fora do controlo da parte afectada por ele, não causado por si e que tenha provocado o prejuízo, dano ou incumprimento, incluindo nomeadamente cheias, tempestades, maremotos, sismos, fogo, actos de guerra, insurreições, agitação pública, greve ou distúrbio laboral.
8. *Fornecimento de energia eléctrica*: actividade de abastecimento de energia eléctrica aos consumidores, compreendendo, conjunta ou separadamente, produção, transporte, distribuição e comercialização, incluindo a importação e exportação de energia eléctrica.
9. *Instalação eléctrica*: equipamento e infra-estruturas destinados ao fornecimento de energia eléctrica até ao contador do consumidor.
10. *Licença de estabelecimento*: documento emitido pela entidade competente certificando que a instalação eléctrica pode ser estabelecida dentro de um determinado prazo.
11. *Licença de Exploração*: documento emitido pela entidade competente certificando que as instalações eléctricas foram inspeccionadas e achadas conforme e autorizando a sua operação.
12. *Produção de energia eléctrica*: conversão em energia eléctrica de qualquer outra forma de energia, seja qual for a sua origem.
13. *Rede eléctrica nacional*: conjunto de instalações de serviço público destinadas a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica.
14. *Rede nacional de transporte de energia eléctrica*: conjunto de sistemas utilizados para transporte de energia eléctrica entre regiões, dentro do país ou para outros países, para a alimentação de redes subsidiárias e inclui os sistemas de ligação entre redes, entre centrais ou entre redes e centrais. Equivale a rede nacional de transporte.
15. *Tarifas justas e razoáveis*: as tarifas de uso, consumo e de trânsito de energia eléctrica são justas e razoáveis

## **ANEXO II**



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 45/2004:

Aprova o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e revoga o Decreto nº 76/98, de 29 de Dezembro.

Ministério do Interior:

Diploma Ministerial n.º 189/2004:

Concede a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Agostinho António Gonçalves.

Comissão Nacional de Eleições:

Deliberação n.º 29/2004:

Aprova os mandatos por círculo eleitoral, realizando-se o acto eleitoral no estrangeiro.

### CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 45/ 2004

de 29 de Setembro

A implementação do Decreto n.º 76/98, de 29 de Dezembro, que regulamenta o processo de avaliação do impacto ambiental no país, tem demonstrado a necessidade de adequação dos procedimentos nele instituídos, por forma a torná-los consentâneos com a realidade actual e prosseguir-se o objectivo de simplificação e desconcentração de competências aos órgãos locais, imprimindo-se consequentemente uma maior celeridade ao processo de licenciamento ambiental.

Assim, nos termos do disposto no artigo 33, da Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro, e ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artigo 153 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1º — 1. É aprovado o Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental, anexo ao presente Decreto e que dele é parte integrante.

2. Compete ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, aprovar as normas que se mostrem necessárias para assegurar a aplicação deste Regulamento.

Art. 2. É revogado o Decreto n.º 76/98, de 29 de Dezembro.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 24 de Agosto de 2004.

Publique-se

A Primeira-Ministra, *Luisa Dias Diogo*.

### Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### ARTIGO 1

#### Definições

Para efeitos do presente Regulamento:

1. Actividade: é qualquer acção, de iniciativa pública ou privada, relacionada com a utilização ou a exploração de componentes ambientais, a aplicação de tecnologias ou processos produtivos, planos, programas, actos legislativos ou regulamentares, que afecta ou pode afectar o ambiente.

2. Área de Influência: é a área e o espaço geográfico directa ou indirectamente afectados pelos impactos ambientais de uma actividade.

3. Auditoria Ambiental: é um instrumento de gestão e de avaliação sistemática, documentada e objectiva do funcionamento e organização de sistema de gestão e dos processos de controlo e protecção do ambiente.

4. Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental: é o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, através da Direcção Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental (DNAIA);

5. Avaliação do Impacto Ambiental (AIA): é um instrumento de gestão ambiental preventiva que consiste na identificação e análise prévia, qualitativa e quantitativa, dos efeitos ambientais benéficos e perniciosos de uma actividade proposta.

6. Comissão Técnica de Avaliação: é o comité inter-sectorial de análise dos documentos técnicos elaborados no âmbito da AIA.

7. Comunidade: agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousios, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.

8. Consultá pública: é o processo de auscultação do parecer dos diversos sectores da sociedade civil, incluindo pessoas colectivas ou singulares, directa ou indirectamente interessadas e/ou potencialmente afectadas pela actividade proposta.

9. Declaração de isenção: é o documento confirmativo da desobrigação de realização de um EIA ou EAS de uma actividade proposta, emitido pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental através dos órgãos competentes.

10. Declaração final: proposta de decisão produzida pela Comissão Técnica de Avaliação do processo de AIA, em relação a determinada actividade proposta.

11. DPCA: Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental.

12. Desenvolvimento sustentável: é o desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também suas necessidades.

13. Directivas: são as orientações e parâmetros globais a que deverá submeter-se a realização da avaliação de impacto ambiental nas diferentes áreas de actividade económica e social e que serão objecto de despachos ministeriais do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

14. Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA): processo obrigatório para as actividades classificadas como sendo de categoria A que visa identificar, avaliar os principais impactos, analisar as alternativas de mitigação, bem como, definir o âmbito do EIA, através da selecção das componentes ambientais que podem ser afectadas pela actividade em análise e sobre as quais o EIA deve incidir.

15. Estudo de Impacto Ambiental (EIA): é a componente do processo de avaliação do impacto ambiental que analisa técnica e cientificamente as consequências da implantação de actividades de desenvolvimento sobre o ambiente.

16. Estudo Ambiental Simplificado (EAS): é a componente do processo de avaliação do impacto ambiental que analisa técnica e cientificamente as consequências da implantação de actividades de desenvolvimento sobre o ambiente, para actividades classificadas como sendo de categoria B.

17. Ficha de Informação Ambiental Preliminar (FIAP): é a ficha técnica constituída por um breve questionário com vista a obter informações preliminares relativas à actividade a desenvolver e ao ambiente do local de inserção geográfica da mesma para auxiliar o processo de pré-avaliação.

18. Impacto Ambiental: é qualquer mudança do ambiente para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.

19. Impactos Ambientais Cumulativos: são os efeitos derivados da soma ou interacção de impactos, gerados por um ou mais de um empreendimento, ao longo de determinado período, numa mesma área de influência de uma actividade.

20. Impactos Ambientais Indirectos: são os efeitos que não são o resultado directo da actividade em implementação.

21. Inspecção Ambiental: constitui um instrumento de gestão ambiental cuja finalidade é desenvolver acções de vigilância, de direcção e de fiscalização, relativas ao cumprimento de normas de protecção do ambiente a nível nacional.

22. Licença Ambiental: é o certificado confirmativo da viabilidade ambiental de uma actividade proposta, emitido pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, através dos órgãos competentes para o efeito.

23. Medidas de Mitigação: conjunto de medidas visando minimizar ou evitar os efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos de uma actividade sobre o ambiente biofísico e sócio-económico.

24. Monitorização: é a medição regular e periódica das variáveis ambientais representativas da evolução dos impactos ambientais da actividade após o início da implantação do mesmo para documentar as alterações que foram causadas, com o objectivo de verificar a ocorrência dos impactos previstos e a eficácia das respectivas medidas mitigadoras.

25. Plano de Gestão Ambiental (PGA): são as acções a desenvolver pelo proponente, visando gerir os impactos negativos e potenciar os positivos resultantes da implementação, da actividade por ele proposta, elaboradas no âmbito da AIA.

26. Partes Interessadas e Afectadas (PI&A's): pessoas individuais, pessoas colectivas públicas ou privadas a quem a actividade proposta interesse ou afecte directa ou indirectamente.

27. Participação Pública (PP): é o processo de informação e de auscultação das partes interessadas e afectadas, directa ou indirectamente pela actividade e que é realizado durante o processo de AIA.

28. Pré-avaliação: é o processo de análise ambiental preliminar que tem como principal objectivo a categorização da actividade e a determinação do tipo de avaliação ambiental a efectuar.

29. Proponente: qualquer pessoa, entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira, que se proponha a realizar ou implementar uma actividade ou introduzir qualquer tipo de alterações numa actividade em curso.

30. Questões Fatais: são os potenciais impactos negativos e irreversíveis que poderão resultar da implementação de uma actividade.

31. Revisão: é o processo de análise técnica e científica do conteúdo dos documentos elaborados no âmbito do processo de AIA, para verificar a sua qualidade técnica, e informações neles contidas, de acordo com as directivas emitidas para o efeito.

32. Situação Ambiental de Referência: é o estudo da qualidade das componentes ambientais e de suas interacções conforme se apresentam na área de influência de uma actividade, antes da sua implantação.

33. Termos de Referência (TdR): é o documento que contém os parâmetros e informações específicas que deverão presidir à elaboração do EIA ou EAS de uma actividade. Deve ser apresentado pelo proponente para a aprovação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), antes de iniciar o EIA e EAS.

34. Viabilidade Ambiental: é a aptidão que uma actividade tem de ser implementada sem causar impactos negativos significativos sobre o ambiente do local de implementação ou que seus impactos negativos sejam passíveis de mitigação.

## ARTIGO 2

### Âmbito de aplicação

1. As disposições contidas neste diploma, aplicam-se a todas as actividades públicas ou privadas que directa ou indirectamente possam influir nas componentes ambientais, nos termos do artigo 3 da Lei do Ambiente.

2. Serão regidos por regulamentação específica, os estudos de impacto ambiental para as actividades de prospecção, pesquisa e produção de petróleo, gás e indústria extractiva de recursos minerais.

## ARTIGO 3

### Categorização

Para efeitos de definição do tipo de AIA a ser realizada, as actividades constantes dos anexos ao presente Regulamento, são categorizados em A, B e C:

- a) As actividades de categoria A contidas no Anexo I, estão sujeitas à realização de um EIA, a ser efectuado nos termos do presente Regulamento;
- b) As actividades incluídas no Anexo II, e as avaliadas como sendo de categoria B, estão sujeitas à realização de um EAS, a ser efectuado nos termos do presente Regulamento;
- c) As actividades de categoria C contidas no Anexo III, estão sujeitas à observância das normas constantes de directivas específicas de boa gestão ambiental.

## ARTIGO 4

### Isenções

1. Ficam isentas da realização de estudo do impacto ambiental e estudo ambiental simplificado as acções imediatas que visem

azer face a situações de emergência derivadas de desastre ou calamidades naturais. Entretanto, o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental deverá emitir orientações pertinentes, e posteriormente realizar auditorias nos termos da legislação em vigor.

2. Ficam igualmente isentas as actividades destinadas à defesa nacional, que constituam segredo de Estado nos termos da lei. Contudo, a sua execução deve ter em consideração o respectivo impacto ambiental através de um processo de coordenação e consulta entre o Ministério de tutela e o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

#### ARTIGO 5

##### Competência em matéria de avaliação de impacto ambiental

###### 1. Compete à Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental:

- a) Gerir e coordenar o processo de AIA;
- b) Emitir e divulgar directivas sobre o processo de AIA;
- c) Realizar a pré-avaliação de cada actividade submetida à sua apreciação;
- d) Designar e presidir à Comissão Técnica de Avaliação para cada actividade de categoria A, sempre que se mostre necessário;
- e) Proceder e orientar a revisão dos relatórios de EPDA, TdR e EIA, bem como proceder à sua aprovação, para as actividades de categoria A;
- f) Solicitar a participação de técnicos especialistas do sector público ou proceder à contratação de consultores do sector privado sempre que necessário ao processo de AIA;
- g) Realizar audiências públicas e assegurar que a participação pública seja observada nos termos deste Regulamento;
- h) Notificar o proponente para o pagamento das taxas de licenciamento ambiental nos termos do presente Regulamento;
- i) Notificar o proponente e as entidades públicas, directamente interessadas, da concessão da licença ambiental;
- j) Garantir que a informação relativa ao licenciamento ambiental esteja disponível ao público;
- k) Emitir licenças ambientais;
- l) Propor a actualização de critérios e padrões ambientais;
- m) Conduzir, em coordenação com os organismos de tutela das actividades, o processo de pós-avaliação compreendendo a análise dos relatórios de monitorização e a realização de auditorias ambientais, promovendo a inspecção, o controle e a fiscalização das actividades licenciadas;
- n) Registar, manter e divulgar o registo dos profissionais e empresas de consultoria habilitados para a elaboração de estudos de impacto ambiental;
- o) Accionar os mecanismos legais para, em coordenação com as instituições de tutela, embargar ou mandar destruir obras ou cancelar o exercício de actividades, incluindo de consultoria ambiental, que pela sua natureza atentem contra a qualidade do ambiente.

###### 2. Compete às DPCA's, em matéria de avaliação do impacto ambiental:

- a) Gerir e coordenar o processo de AIA em conformidade com as directivas emitidas para o efeito;

- b) Realizar a pré-avaliação das actividades que lhes sejam submetidas;
- c) Designar e presidir à Comissão Técnica de Avaliação para cada actividade de categoria B, sempre que se mostre necessário;
- d) Proceder e orientar a revisão dos TdR específicos para os EAS das actividades de categoria B, bem como a sua aprovação;
- e) Assegurar a realização dos processos de consulta pública e realizar audiências públicas, nos termos do presente Regulamento;
- f) Aprovar os relatórios de estudo ambiental simplificado;
- g) Coordenar com a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, todas as diligências necessárias à AIA, tendo em consideração o cumprimento das disposições do presente Regulamento;
- h) Notificar ao proponente para o pagamento das taxas de licenciamento ambiental nos termos do presente Regulamento;
- i) Notificar o proponente e as entidades públicas, directamente interessadas, da concessão da licença ambiental;
- j) Emitir licenças ambientais para as actividades de categoria B;
- k) Conduzir o processo de pós-avaliação compreendendo a análise dos relatórios de monitorização e a realização de auditorias, por inerência ou por delegação de competências, promovendo a inspecção, o controle e a fiscalização das actividades licenciadas.

#### CAPÍTULO II

##### Avaliação do impacto ambiental

#### ARTIGO 6

##### Instrução do processo

Com vista a dar início ao processo de avaliação do impacto ambiental, os proponentes deverão apresentar à Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, a nível central, ou na respectiva DPCA, a nível local, a seguinte documentação:

- a) Memória descritiva da actividade;
- b) Descrição da actividade;
- c) Justificativa da actividade;
- d) Enquadramento legal da actividade;
- e) Breve informação biofísica e sócio-económica da área;
- f) Uso actual da terra na área da actividade;
- g) Informação sobre o meio ambiente da área de implementação da actividade;
- h) Informação sobre as etapas de realização da AIA nomeadamente da elaboração e submissão dos TdR, EPDA, EIA e EAS;
- i) Ficha de Informação Ambiental Preliminar disponível na DNAIA e nas DPCA's devidamente preenchida, conforme o Anexo IV.

#### ARTIGO 7

##### Pré-avaliação

1. Todas as actividades susceptíveis de causar impactos sobre o ambiente, não constantes dos Anexos I e III, deverão ser objecto de pré-avaliação a ser efectuada pelo MICOA.

2. Da realização da pré-avaliação resulta:

- a) Na rejeição da implementação da actividade;

- b) Na categorização da actividade e consequentemente a determinação do tipo de avaliação ambiental a ser efectuada, nomeadamente EIA para actividades de categoria A ou EAS para actividades de categoria B;
- c) Na isenção de EIA ou EAS.

3. A pré-avaliação é efectuada com base no seguinte:

- a) Análise da informação constante do artigo 6;
- b) Critérios de avaliação constantes do artigo 8;
- c) Conhecimento prévio do local de implementação da actividade;
- d) Consulta aos Anexos I, II e III sobre a categorização das actividades.

4. Para as actividades isentas da realização do estudo de impacto ambiental ou estudo ambiental simplificado, o MICOA emitirá imediatamente a respectiva declaração de isenção no prazo de cinco dias úteis, devendo o proponente observar as directivas específicas de boa gestão ambiental na implementação da actividade.

#### ARTIGO 8

##### Critérios de avaliação

1. Os resultados da avaliação da actividade proposta serão determinados com base nos seguintes factores:

- a) Número de pessoas e comunidades abrangidas;
- b) Ecossistemas, plantas e animais afectados;
- c) Localização e extensão da área afectada;
- d) Probabilidade, natureza, duração, intensidade e significância dos impactos;
- e) Efeitos directos, indirectos, potenciais, globais e cumulativos do impacto;
- f) Reversibilidade e irreversibilidade do impacto.

2. No processo de identificação, avaliação dos impactos ambientais e desenho das medidas de mitigação deverão ser observados padrões de qualidade ambiental adoptados em Moçambique.

#### ARTIGO 9

##### Comissão Técnica de Avaliação

1. As Comissões Técnicas de Avaliação, constituídas nos termos deste Regulamento terão por objectivo:

- a) Proceder à revisão dos EPDA e TdRs, para actividades de categoria A, em conformidade com as directivas emitidas para o efeito, e elaborar o respectivo parecer;
- b) Proceder à revisão dos TdRs das actividades de categoria B, e elaborar o respectivo parecer;
- c) Proceder à revisão dos relatórios de EIA, para actividades de categoria A, em conformidade com as directivas emitidas para o efeito e elaborar o respectivo parecer;
- d) Rever os relatórios de EAS para as actividades de categoria B, e elaborar o respectivo parecer;
- e) Emitir a declaração final de avaliação dos relatórios que lhes sejam submetidos, e submetê-los ao MICOA, através do órgão competente para decisão.

2. Aos membros das comissões técnicas de avaliação, é devida remuneração a ser determinada por despacho conjunto dos Ministros do Plano e Finanças e para a Coordenação da Acção Ambiental.

#### ARTIGO 10

##### Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito

1. O EPDA é obrigatório para todas as actividades de categoria A, constituindo uma obrigação da inteira responsabilidade do proponente da actividade e tem como objectivo:

- a) Determinar as questões fatais relativas à implementação da actividade;
- b) Determinar o âmbito do EIA e, consequentemente, desenho dos TdR, nos casos em que não hajam questões fatais que tornem inviável a actividade.

2. Do EPDA, deve resultar um relatório contendo, no mínimo, a seguinte informação:

- a) Resumo não técnico com as principais questões abordadas, conclusões e propostas;
- b) Identificação e endereço do proponente bem como da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA;
- c) Os limites da área de influência indirecta da actividade e os padrões do uso da terra na área de influência directa e indirecta;
- d) A descrição da actividade e das diferentes acções nela previstas, bem como as respectivas alternativas, nas etapas de planificação, construção, exploração e, quando for o caso de actividade temporária, a sua desactivação;
- e) Descrição biofísica e sócio-económica do local;
- f) Identificação e avaliação das questões fatais da actividade;
- g) Indicação dos potenciais impactos ambientais da actividade;
- h) Identificação e descrição dos aspectos a investigar em detalhe durante o EIA.

3. O EPDA deve ser apresentado à DNAIA, acompanhado dos respectivos TdR para o EIA, sob forma de relatório, redigido em língua portuguesa, devendo proceder-se à entrega do número de cópias determinado a quando da pré-avaliação, efectuada pela Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, em suporte de papel, e uma cópia em suporte informático selado.

#### ARTIGO 11

##### Termos de referência

1. Os TdR constituem um guião que preside a elaboração do EIA e EAS, o qual deve conter no mínimo:

- a) Descrição dos estudos especializados identificados como necessários durante o EPDA e a efectivar durante o EIA, para o caso de actividades de categoria A;
- b) Descrição das alternativas viáveis identificadas e que devem ser investigadas no EIA;
- c) Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais nas fases de construção, operação e desactivação;
- d) Descrição do processo de participação pública a seguir;
- e) Identificação do proponente;
- f) Identificação da equipe responsável pela elaboração do EIA e EAS;
- g) Requisitos de informação adicional necessária.

2. Os TdR relativos a actividades de categoria A, devem ser apresentados à Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental em conformidade com o nº 3 do artigo 10.



## ARTIGO 12

**Estudo de impacto ambiental**

1. A realização do EIA, é uma obrigação da inteira responsabilidade do proponente da actividade.

2. O EIA rege-se pelos TdR aprovados pela DNAIA e pelas Directivas, Geral e Específicas, para a sua elaboração emitidas pelo MICOA, devendo o relatório resultante deste estudo conter, no mínimo:

- a) Resumo não técnico com as principais questões abordadas, conclusões e propostas;
- b) O enquadramento legal da actividade e a sua inserção nos planos de ordenamento territorial existentes para a área de influência directa da actividade;
- c) A descrição da actividade e das diferentes acções nela previstas nas etapas de planificação, construção, exploração e, quando for o caso de actividade temporária, a sua desactivação;
- d) A delimitação e representação geográfica, assim como, a situação ambiental de referência da área de influência da actividade;
- e) A descrição e comparação detalhadas das diferentes alternativas e a previsão da situação ambiental futura com ou sem medidas de mitigação;
- f) Identificação e avaliação dos impactos e identificação de medidas de mitigação;
- g) O plano de gestão ambiental da actividade, que inclui a monitorização dos impactos, programa de educação ambiental e planos de contingências de acidentes;
- h) A identificação da equipe multidisciplinar que elaborou o EIA;
- i) O relatório de participação pública de acordo com o estipulado no n.º 9 do artigo 14.

3. Os relatórios dos estudos dos especialistas constituem parte integrante do relatório de estudo do impacto ambiental sob forma de anexos.

4. O EIA deve ser apresentado à DNAIA, sob a forma de relatório, redigido em língua portuguesa, devendo proceder-se à entrega do número de cópias determinado aquando da aprovação dos TdR, em suporte de papel, e uma cópia em suporte informático selado.

## ARTIGO 13

**Estudo ambiental simplificado**

1. A realização do EAS, é da inteira responsabilidade do proponente da actividade.

2. A anteceder o início da elaboração do EAS, o proponente deverá submeter os respectivos TdR à DPCA para apreciação, os quais deverão conter os seguintes elementos:

- a) Identificação e endereço do proponente;
- b) Localização da actividade num mapa a uma escala apropriada, indicando os limites da área de influência directa e indirecta da actividade, bem como os padrões de uso da terra em curso;
- c) Enquadramento da actividade nos planos de ordenamento do território existentes;
- d) A descrição da actividade e das diferentes acções nela previstas, bem como as respectivas alternativas, nas etapas de planificação, construção, exploração e, quando for o caso de actividade temporária, a sua desactivação;
- e) A descrição do processo de participação pública a ser efectuado;

f) A identificação das componentes ambientais sobre as quais incidirá o estudo;

g) A descrição da metodologia de identificação, classificação e avaliação dos potenciais impactos ambientais da actividade e das alternativas;

h) Identificação da equipe que efectuará o EAS.

3. Após a aprovação dos TdR, pela DPCA, dever-se-á iniciar o EAS, do qual deve resultar um relatório a ser elaborado nos termos da directiva específica, contendo no mínimo:

a) Resumo não técnico com as principais questões abordadas e conclusões propostas;

b) Localização e descrição da actividade;

c) Enquadramento legal da actividade e a sua inserção nos planos de ordenamento do território existentes para a área de influência directa da actividade;

d) Diagnóstico ambiental contendo uma breve descrição da situação ambiental de referência;

e) Identificação e avaliação dos impactos ambientais da actividade;

f) Plano de gestão ambiental da actividade, que inclui a monitorização dos impactos, programa de educação ambiental e planos de contingências de acidentes;

g) A identificação da equipe multidisciplinar que realizou o EAS;

h) Relatório de participação pública de acordo com o estipulado no n.º 9 do artigo 14, quando necessário.

4. O EAS deve ser apresentado à respectiva DPCA, sob a forma de relatório, redigido em língua portuguesa, devendo proceder-se à entrega no número de cópias determinado pela DPCA aquando da aprovação dos TdR, em suporte de papel, e uma cópia em suporte informático selado.

## ARTIGO 14

**Processo de participação pública**

1. A participação pública compreende a consulta e audiência pública. Ela implica o fornecimento de informação e auscultação a todas as partes interessadas e afectadas, directa ou indirectamente, por uma actividade, o pedido de esclarecimento, a formulação de sugestões, devendo realizar-se em conformidade com a respectiva directiva a emitir pelo MICOA.

2. A participação pública, da fase de concepção da actividade até à submissão dos relatórios de EIA e EAS, é da responsabilidade do proponente.

3. A participação pública, da fase de revisão dos TdR até ao licenciamento ambiental, é da responsabilidade do MICOA.

4. A DNAIA e as DPCAs devem garantir que o proponente realize a consulta pública e que os respectivos resultados sejam considerados no processo de tomada de decisão.

5. A participação pública é obrigatória para actividades de categoria A, sendo facultativa para actividades de categoria B, todavia, deve ocorrer sempre que implique:

a) A deslocação permanente ou temporária das populações ou comunidades;

b) A deslocação de bens ou restrição no uso dos recursos naturais.

6. A convocatória para a consulta ou audiência pública, deverá ser tornada pública até quinze dias antes, da data da sua realização, utilizando-se os meios que se mostrem adequados para a sua publicitação.

7. Têm direito a tomar parte no processo de participação pública ou de se fazerem representar, todas as partes interessadas ou afectadas, directa ou indirectamente, pela actividade.
8. A audiência pública poderá ter lugar ainda, por solicitação de cidadãos, organizações ambientais legalmente constituídas, ou de entidades públicas ou privadas, directa ou indirectamente, afectadas pela actividade em análise, sempre que a natureza da actividade, suas características e os seus efeitos previsíveis o justifiquem.
9. Do processo de participação pública deverá resultar um relatório final.
10. Por forma a garantir a ampla divulgação e participação de todas as PI&As, os relatórios técnicos produzidos no âmbito da AIA devem estar disponíveis para consulta pública.

#### ARTIGO 15

##### Revisão do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito

1. A Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, designará Comissão Técnica de Avaliação com a finalidade de proceder à revisão do relatório de EPDA, constituída por um número ímpar de elementos, designadamente :
  - a) Um representante da DNAIA, que presidirá a Comissão;
  - b) Um representante do Ministério de tutela da actividade proposta;
  - c) Um representante do FUNAB;
  - d) Um representante da autarquia local da área de inserção da actividade, se o local proposto para a implementação da actividade ser território autarcizado;
  - e) Outro (s) representante (s) de entidades governamentais, instituições de ensino ou de centros de investigação na área do ambiente;
  - f) Técnico (s) e especializado (s) na área da respectiva actividade, e solicitados ou contratados pela Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, sempre que se mostre necessário.

2. A Comissão Técnica de Avaliação procederá à revisão do relatório de EPDA, elaborando os respectivos comentários de que o proponente deverá tomar conhecimento, podendo ser-lhe pedido, informações complementares, aditamentos, dentro dos prazos previstos nos termos do presente Regulamento.

3. Todas as manifestações e exposições por escrito ou orais feitas no âmbito do processo de participação pública, apresentadas aos órgãos locais e, ou ao proponente, a até dez dias antes do encerramento do período de revisão do EAS, deverão ser registadas e serão consideradas na decisão da Comissão Técnica de Avaliação, desde que relacionadas com os impactos ambientais da actividade.

4. Feita a apreciação final do relatório de EPDA a Comissão Técnica de Avaliação elaborará o relatório técnico de revisão e respectivo parecer devidamente fundamentado, e emitirá uma declaração final de avaliação, lavrando-se uma acta assinada por todos os membros da comissão, a ser submetida à Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental para decisão final.

#### ARTIGO 16

##### Revisão do estudo de impacto ambiental

Concluído o EIA o mesmo deverá ser apresentado, à DNAIA, na forma de relatório, acompanhado de toda a documentação relevante para o processo da AIA, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 12, que orientará todo o processo da sua revisão técnica.

2. A mesma Comissão Técnica de Avaliação que avaliou o EPDA procederá à revisão do relatório do EIA.

3. A Comissão Técnica de Avaliação procederá à revisão do relatório do EIA, elaborando o respectivo relatório técnico sobre o conteúdo do relatório.

4. A Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental deverá comunicar ao proponente os resultados da revisão referida no número anterior, podendo ao longo do período de revisão, solicitar informações complementares ao EIA.

5. O proponente dispõe de dez dias úteis para cumprir com as solicitações do número anterior, devendo-se observar o disposto no ponto 4 do artigo 18.

6. Todas as manifestações e exposições por escrito ou orais feitas no âmbito do processo de participação pública, apresentadas aos órgãos locais e, ou ao proponente, a até dez dias antes do encerramento do período de revisão do EIA, deverão ser registadas e serão consideradas na decisão da Comissão Técnica de Avaliação, desde que relacionadas com os impactos ambientais da actividade.

7. Feita a apreciação final do relatório do EIA, a Comissão Técnica de Avaliação elaborará o relatório técnico de revisão e o respectivo parecer técnico devidamente fundamentado, e emitirá uma declaração final de avaliação, lavrando-se uma acta assinada por todos os membros da comissão, a ser submetida à Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental para a decisão final.

8. A acta lavrada pela Comissão Técnica de Avaliação constituirá a fundamentação da decisão sobre o licenciamento ambiental da actividade proposta e deverá fazer parte integrante do processo de licenciamento ambiental.

#### ARTIGO 17

##### Revisão do estudo ambiental simplificado

1. Concluído o EAS, o mesmo deverá ser apresentado sob a forma de relatório, acompanhado de toda a documentação relevante, à respectiva DPCA, nos termos do n.º 4 do artigo 13, que orientará todo o processo da sua revisão técnica.

2. A DPCA, designará a Comissão Técnica de Avaliação com a finalidade de proceder à revisão do EAS.

3. A Comissão Técnica de Avaliação deverá apresentar a seguinte constituição:

- a) Um representante da DPCA, que preside à comissão;
- b) um representante da Direcção Provincial de tutela da actividade proposta;
- c) Um representante da autarquia local da área de inserção da actividade, se o local proposto para a implementação da actividade ser território autarcizado;
- d) Outro (s) representante (s) de entidades governamentais, instituições de ensino ou de centros de investigação na área do ambiente;
- e) Técnico (s) especializado (s) na área da respectiva actividade, solicitados ou contratados pela DPCA.

4. A Comissão Técnica de Avaliação deverá ser constituída por número ímpar de elementos.

5. Todas as manifestações e exposições por escrito ou orais feitas no âmbito do processo de participação pública, apresentadas aos órgãos locais e, ou ao proponente, a até dez dias antes do encerramento do período de revisão do EAS, deverão ser registadas e serão consideradas na decisão da Comissão Técnica de Avaliação, desde que relacionadas com os impactos ambientais da actividade.

6. Ao longo do período de revisão, a DPCA poderá solicitar informações complementares ao Estudo Ambiental Simplificado, sobre os aspectos dos termos de referência específicos aprovados aquando da pré-avaliação e que não tenham sido plenamente atendidos.

7. Feita a apreciação final do EAS a Comissão Técnica de Avaliação elaborará o relatório técnico de revisão e o respectivo parecer técnico devidamente fundamentado, e emitirá uma declaração final de avaliação, lavrando-se uma acta assinada por todos os membros da comissão.

8. A acta lavrada pela comissão constituirá a fundamentação da decisão sobre o licenciamento da actividade proposta e deverá fazer parte integrante do processo de licenciamento ambiental.

9. Após a revisão do Estudo Ambiental Simplificado, a DPCA tomará uma decisão sobre a viabilidade ambiental da actividade proposta.

#### ARTIGO 18

##### Prazo para comunicação de decisões

1. A Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, deverá observar os seguintes prazos:

- a) Pré-avaliação - até cinco dias úteis;
- b) EPDA e TdR - até trinta dias úteis;
- c) Estudo do impacto ambiental - até quarenta e cinco dias úteis.

2. As Direcções Provinciais para a Coordenação da Acção Ambiental deverão observar os seguintes prazos:

- a) Pré-avaliação - até oito dias úteis;
- b) Termos de referência - até quinze dias úteis;
- c) Estudo ambiental simplificado - até trinta dias úteis.

3. Em casos excepcionais, o Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, sob proposta devidamente fundamentada da DNAIA ou DPCA, poderá prorrogar os prazos estabelecidos nos números anteriores por um período a determinar de acordo com a especificidade dos casos, procedendo-se de imediato à notificação do proponente.

4. Os prazos indicados neste artigo são contados a partir da data do registo de entrada da documentação no respectivo órgão competente, sendo interrompidos sempre que forem exigidas informações complementares, e retomadas até que estas sejam devidamente apresentadas pelo proponente.

#### CAPÍTULO III

##### Licenciamento ambiental

#### ARTIGO 19

##### Decisão sobre a viabilidade ambiental

1. Quando for comprovada a viabilidade ambiental da actividade, o órgão competente a nível central ou local, procederá de imediato à notificação do proponente e das entidades de tutela e emitirá a respectiva licença ambiental, no prazo de oito dias úteis, após o pagamento das taxas devidas nos termos do artigo 25 deste Regulamento.

2. Em caso de objecção grave que impossibilite a aceitação e licenciamento ambiental da actividade proposta, a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, tomará uma das seguintes decisões:

- a) Rejeição total, de implementação da actividade proposta, com a devida fundamentação técnico-científica e legal, acompanhada do relatório e declaração final de avaliação;
- b) Rejeição parcial da actividade proposta com a devida fundamentação técnico-científica e legal, acompanhada do relatório e declaração final de avaliação.

3. A rejeição total de implementação da actividade proposta implica o não licenciamento ambiental da mesma.

4. Quando da análise da viabilidade ambiental da actividade resultar a rejeição parcial da mesma, a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, ou a respectiva DPCA, poderá condicionar o licenciamento ambiental à realização de alterações e, ou à reformulação da actividade, submetendo-se a uma nova avaliação e posterior decisão.

5. Nos casos referidos nos pontos 3 e 4, a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, ou a respectiva DPCA, procederá à notificação das partes interessadas no prazo de cinco dias úteis, decorridos os prazos referidos no artigo 18.

6. Os custos associados à reformulação da proposta de actividade e subsequente avaliação, são da inteira responsabilidade do proponente.

#### ARTIGO 20

##### Caducidade e validade da licença ambiental

1. Será considerada caduca e de nenhum efeito toda a licença ambiental cuja actividade não seja efectivamente iniciada nos dois anos seguintes à sua emissão.

2. O proponente ainda interessado, na implementação da actividade licenciada, deverá requerer a prorrogação da respectiva licença ambiental, ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental, até noventa dias antes da data da sua expiração.

3. Ao Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental cabe tomar, sob parecer fundamentado da DNAIA, ouvidas as DPCA's, sempre que necessário, no prazo de trinta dias úteis, uma das seguintes decisões:

- a) Prorrogar a licença por igual período de tempo;
- b) Determinar a actualização parcial do EIA ou do EAS, especificando a componente ou componentes que careçam de alteração, para posterior avaliação e decisão;
- c) Determinar a realização de novo EIA ou do EAS nos termos do presente Regulamento.

4. Somente as licenças ambientais, para actividades de categoria A, são válidas por um período de cinco anos, renováveis por igual período, mediante requerimento para actualização endereçado ao Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental.

5. O requerimento para renovação deverá ser submetido ao MICOA, até 180 dias antes do termo de validade da licença ambiental.

#### CAPÍTULO IV

##### Proponentes e consultores ambientais

#### ARTIGO 21

##### Registo de consultores ambientais

1. A Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, criará um sistema de registo de consultores em avaliação do impacto ambiental.

2. Só poderão realizar estudos do impacto ambiental, em Moçambique, os especialistas, técnicos médios e superiores que estejam registados como consultores ambientais, nos termos do presente Regulamento.

3. O registo deverá ser efectuado na Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental e poderá ser feito na qualidade de consultor individual, sociedade de consultoria ou consórcio de sociedades de consultoria.

4. Somente poderão ser registados para realizar avaliações de impacto ambiental, como consultores ambientais, os técnicos superiores com mais de cinco anos de experiência na área do ambiente.

5. Os técnicos superiores ou médios com menos de cinco anos de experiência na área do ambiente, somente poderão realizar avaliações de impacto ambiental como membros de equipe cujo responsável esteja registado como consultor ambiental.

6. Sociedades não domiciliadas em Moçambique que desejem efectuar estudos de impacto ambiental, somente o poderão fazer em regime de subcontratação, associação ou de consórcio com consultores registados na Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, devendo apresentar documento comprovativo do tipo de contratação efectuada, os curriculum vitae e os certificados de habilitação dos técnicos a envolver na realização dos referidos estudos.

7. A emissão do certificado do registo acima referido, deve ser requerida pelos interessados nos seguintes termos:

- a) Nome, nacionalidade, profissão, local de trabalho, residência habitual;
- b) Certificado de qualificação académica superior para o técnico superior e certificado de qualificação técnica para o técnico médio;
- c) Curriculum vitae, demonstrativo da sua experiência e conhecimento da área do ambiente;
- d) O consultor individual deverá ainda apresentar o número de contribuinte para efeitos de impostos e uma declaração de que não é funcionário ou contratado do MICOA;
- e) No caso de sociedade, além das informações relativas aos seus consultores nos termos das alíneas anteriores, a mesma deverá submeter ainda, o número de matrícula no registo comercial e o número de registo como contribuinte para efeitos de impostos;
- f) Prova de seguro profissional, singular ou colectivo, quando disponível no país.

8. Os consultores estrangeiros que pretendam exercer consultoria ambiental no país, para além de preencherem os requisitos estipulados no número anterior, deverão observar os condicionamentos legais impostos pela legislação laboral para estrangeiros, em vigor, sem prejuízo dos condicionamentos impostos pelas ordens ou associações profissionais.

9. Recebido o pedido escrito, a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental emitirá o respectivo certificado de registo num prazo não superior a dez dias, contados a partir da data de recepção do mesmo.

10. Os certificados de registo deverão ser actualizados em cada cinco anos através da apresentação do Curriculum Vitae actualizado pagando a taxa de actualização estipulada no n.º 3 do artigo 25.

11. Em caso de dúvida, a Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental reserva-se o direito de exigir comprovação das informações fornecidas pelo interessado.

12. Pela emissão do certificado de registo de consultor será cobrada uma taxa nos termos do n.º 2 do artigo 25 do presente regulamento.

#### ARTIGO 22

##### Responsabilidade do proponente

1. O proponente deverá comunicar, por escrito, ao MICOA, o início, interrupção e o fim da fase de construção bem como do fim da fase de operação da actividade.

2. O proponente será responsável pelo cumprimento de todos os regulamentos, normas, directivas e padrões relevantes para a actividade, devendo assegurar:

- a) A contratação de um ou mais consultores ambientais para a realização do EPDA, EIA, EAS e PP;
- b) Que os consultores seleccionados estão licenciados pela Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental para exercício da actividade em Moçambique;
- c) A disponibilização de toda a informação pertinente e actualizada para o processo de AIA;
- d) Que o processo de participação pública seja realizado em conformidade com as normas em vigor.

3. O proponente será ainda responsável por todos os custos decorrentes do processo de avaliação do impacto ambiental.

4. O proponente responderá civil e criminalmente sempre que:

- a) Não submeter a sua actividade ao processo prévio de licenciamento ambiental;
- b) Submeta a actividade proposta ao processo de licenciamento ambiental após início da sua implementação;
- c) Altere a actividade inicial após a emissão da licença ambiental sem prévia autorização da entidade competente;
- d) Apresente informação fraudulenta, adulterada ou omissa durante o processo de AIA;
- e) Não implemente as medidas propostas nos estudos técnicos bem como a não observância das condições de licenciamento ambiental;
- f) Não proceda à actualização da licença ambiental.

#### ARTIGO 23

##### Responsabilidade dos consultores ambientais

1. Um consultor ou equipe de consultores ambientais actuam em representação do proponente da actividade, sendo por este contratados com o objectivo de realizar a avaliação do impacto ambiental da actividade em causa.

2. O consultor é responsável por assegurar que:

- a) Possui experiência de trabalho e conhecimento técnico necessário para efectuar a avaliação ambiental da actividade em causa;
- b) Possui capacidade para efectuar o processo de participação pública;
- c) Realize o trabalho de forma objectiva mesmo que os resultados, conclusões e recomendações do estudo não sejam favoráveis ao seu cliente;
- d) Possui capacidade para produzir relatórios consistentes, com qualidade técnica, informativos e cientificamente correctos;
- e) Providenciará aos órgãos competentes toda a documentação pertinente relacionada com a avaliação do impacto ambiental.

3. Os especialistas contratados pela Autoridade de Avaliação do Impacto Ambiental, deverão declarar por escrito, previamente à sua contratação, que não têm nem nunca tiveram qualquer conflito de interesses relacionado directa ou indirectamente com a actividade em análise e que não pertencem a qualquer grupo de pressão com ligações a interesses competitivos aos que estão a ser objecto de análise e revisão.

4. Os consultores credenciados para a realização de avaliações de impacto ambiental são civil e criminalmente responsáveis pelas informações fornecidas e contidas nos relatórios de EPDA, EIA ou EAS, bem como solidariamente pelas consequências e danos resultantes da implementação de certa actividade pelo proponente, de acordo com as recomendações técnicas por eles formuladas.

## CAPÍTULO V

### Fiscalização, sanções e taxas

#### ARTIGO 24

##### Inspecção e auditoria

1. O MICOA deverá proceder com regularidade à inspecção e fiscalização das acções de monitorização e gestão ambiental da actividade, levadas a cabo pelo proponente, com vista a garantir a qualidade do ambiente, podendo solicitar a realização de auditoria de impacto ambiental ou realizar inspecções ambientais, quando a complexidade das questões de controlo ambiental assim o justificar.

2. O MICOA poderá ordenar a realização de auditorias ambientais para actividades já em curso que não tenham sido submetidas ao processo de avaliação do impacto ambiental e das quais possam resultar danos para o ambiente, em coordenação com os sectores de tutela dessas actividades.

#### ARTIGO 25

##### Taxas

1. Pelo licenciamento ambiental, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19, do presente Regulamento serão devidas taxas, nos termos e valores a seguir indicados:

- a) Licenciamento de actividades de categoria A e B, taxa de 0.1% do valor de investimento da actividade;
- b) Emissão da declaração de isenção de actividades de categoria C, taxa de 0,01 % do valor de investimento da actividade.

2. Para efeitos de registo de consultores ambientais, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 21 do presente Regulamento serão cobradas as seguintes taxas:

- a) Registo de consultores individuais..... 10 000 000,00MT;
- b) Registo de empresas de consultoria..... 30 000 000,00MT.

3. Para efeitos da actualização do registo de consultores ambientais, nos termos do disposto no n.º 10 do artigo 21 do presente Regulamento serão cobradas as seguintes taxas:

- a) Actualização de registo de consultores individuais..... 5 000 000,00 MT;
- b) Actualização de registo de empresas de consultoria..... 15 000.000,00MT.

#### ARTIGO 26

##### Infracções e sanções

1. Constituem infracções administrativas e puníveis com pena de multa entre 20 000 000,00MT a 50 000 000,00MT, para além de imposição de outras sanções previstas na lei geral, a obstrução ou embaraço sem justa causa, à realização das atribuições cometidas às entidades referidas neste Regulamento.

2. Constitui infracção punível com pena de multa entre 10 000 000,00MT a 20 000 000,00MT, a não actualização da licença ambiental nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20 do presente Regulamento.

3. Constitui infracção punível com pena de multa no dobro do valor equivalente ao do licenciamento e como medida acessória a paralisação imediata da mesma, a implementação de actividade não licenciada em termos ambientais.

4. Constitui infracção punível com pena de multa entre 24 000 000,00MT a 240 000 000,00 MT, os seguintes factos:

- a) Exercício ilegal da actividade de consultoria ambiental, sem observância do disposto no artigo 21 do presente Regulamento;
- b) Submissão da actividade proposta ao processo de licenciamento ambiental após início da sua implementação;
- c) Alteração da actividade inicial e implementação de nova, após a emissão da licença ambiental sem prévia autorização da entidade competente;
- d) Apresentação de informação fraudulenta, adulterada, desactualizada ou omissa durante o processo de AIA;
- e) Não implementação das medidas propostas nos estudos técnicos bem como a não observância das condições de licenciamento ambiental;
- f) Reincidência.

#### ARTIGO 27

##### Gradação das multas

1. As multas dispostas no n.º 1 do artigo anterior serão graduadas do seguinte modo:

- a) É aplicado o valor mais baixo para os casos primários ou em que se verifiquem embaraços à realização das atribuições cometidas às entidades referidas neste Regulamento;
- b) É aplicado o valor mais alto nos casos em que a realização das actividades de fiscalização ou auditoria não ocorre por razões imputáveis ao infractor e este tenha agido com dolo.

2. As multas dispostas no n.º 2 do artigo anterior serão graduadas do seguinte modo:

- a) É aplicado o valor de 10 000 000,00MT para a primeira vez que tal situação ocorra;
- b) É aplicado o valor de 20 000 000,00MT para os casos subsequentes.

3. As multas dispostas no n.º 4 do artigo anterior são graduadas do seguinte modo:

- a) Pela não observância do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor de 24 000 000,00MT, pelo exercício de consultoria ambiental a título individual e pelo exercício de consultoria ambiental por pessoas colectivas ou empresas, aplicar-se-á o montante resultante da multiplicação do valor de 24 000 000,00MT, pelo número de componentes da equipe que realizou a AIA;
- b) Pela não observância do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor mais baixo, se a actividade não tiver provocado alterações negativas significativas sobre o ambiente e o valor mais alto se a actividade tiver provocado alterações negativas significativas sobre o ambiente;

- c) Pela não observância do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor mais alto;
- d) Pela não observância do disposto na alínea d) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor de 50 000 000,00MT;
- e) Pela não observância do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor de 100 000 000,00MT;
- f) Pela não observância do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 26, é aplicado o valor mais alto previsto para a infracção.

#### ARTIGO 28

##### Actualização e afectação do produto das taxas e multas

1. Os valores das multas estabelecidas no presente Regulamento serão actualizados, sempre que se mostrar necessário, por diploma ministerial conjunto dos Ministros do Plano e Finanças e para a Coordenação da Acção Ambiental.

2. Os valores das taxas e multas estabelecidas no presente Regulamento terão a seguinte afectação:

- a) 40 % para o Orçamento do Estado;
- b) 60 % para o Fundo do Ambiente.

3. Os valores das taxas e multas a que se refere o presente Regulamento serão pagos na Recebedoria de Fazenda da respectiva área fiscal mediante a apresentação de guia modelo apropriada.

#### ANEXO I

##### Actividades de categoria A.

Actividades referentes a e/ou localizadas em áreas com as características abaixo descritas são classificadas como actividades de Categoria A:

- a) Áreas e ecossistemas reconhecidos como possuindo estatuto especial de protecção ao abrigo da legislação nacional e internacional tais como:
  - Barreiras de coral;
  - Mangal;
  - Florestas nativas;
  - Pequenas ilhas;
  - Zonas de erosão eminentes inclusive dunas de orla marítima;
  - Zonas expostas a desertificação;
  - Zonas ou áreas de conservação e protecção;
  - Pântanos;
  - Zonas contendo espécies animais e/ou vegetais, habitats e ecossistemas em extinção;
  - Zonas de cenário único;
  - Zonas de valor arqueológico, histórico e cultural a preservar;
  - Áreas de protecção de nascentes e mananciais de abastecimento;
- b) Áreas povoadas que impliquem a necessidade de reassentamento;
- c) Áreas densamente povoadas onde a actividade implique níveis inaceitáveis de poluição ou outro tipo de distúrbio que afecte significativamente as comunidades residentes;
- d) Regiões sujeitas a níveis altos de desenvolvimento ou onde existam conflitos na distribuição e uso de recursos naturais;

- e) Áreas ao longo de cursos de água ou áreas usadas como fonte de abastecimento de água para consumo das comunidades;
- f) Zonas contendo recursos de valor como por exemplo aquáticos, minerais, plantas medicinais.

Incluem-se nesta categoria:

##### 1. Infra-estruturas:

- a) Todas as actividades que impliquem reassentamento populacional;
- b) Actividades de loteamento urbano e/ou desenvolvimento de novos aldeamentos/bairros com mais de 20ha;
- c) Empreendimentos turísticos fora de zonas urbanas ou em zonas sem planos de ordenamento territorial – com capacidade igual ou superior a 150 camas ou área igual ou superior a 10ha;
- d) Parques de campismo para mais de 650 utentes ou com área igual ou superior a 5ha;
- e) Actividades de loteamento industrial com mais de 15ha;
- f) Estabelecimento ou expansão de áreas recreativas tais como campos de golfe numa área igual ou superior a 5 ha;
- g) Marinas e docas com mais de 50 pontos de amarração;
- h) Todas as estradas principais fora de zonas urbanas, construção de novas estradas;
- i) Pontes ferroviárias e rodoviárias de mais de 100m de extensão;
- j) Linhas férreas de comprimento igual ou superior a 5km de extensão;
- k) Aeroportos, aeródromos e heliportos com uma pista de comprimento igual ou maior que 1800 metros;
- l) Condutas de água de mais de 0.5m de diâmetro e com mais de 10km de comprimento;
- m) Oleodutos, gasodutos, minerodutos e cabos submarinos com mais de 5km de comprimento;
- n) Estabelecimento ou expansão de portos e instalações portuárias para navios com tonelagem superior a 4000GT;
- o) Barragens e represas com albufeira de área inundável equivalente ou maior que 5ha;
- p) Adutoras e aquedutos de mais de 10km de comprimento e diâmetro igual ou superior a 1m;
- q) Sucatas com mais de 5 ha;
- r) Exploração para, e uso de, recursos de água subterrânea incluindo a produção de energia geotérmica que impliquem a extracção de mais de 500 m³/h ou 12 000 m³/dia;
- s) Dragagens de novos canais de acesso aos portos.

##### 2. Exploração Florestal:

- a) Desbravamento, parcelamento e exploração de cobertura vegetal nativa com áreas, individuais ou cumulativas, superiores a 100 ha;
- b) Todas as actividades de desflorestação com mais de 50ha, reflorestação e florestação de mais de 250ha.

##### 3. Agricultura:

- a) Actividades de parcelamento para agricultura de mais de 350ha com regadio e de 1000ha sem regadio;
- b) Reconversão de terra agrícola para fins comerciais, urbanísticos ou industriais;
- c) Reconversão de áreas equivalentes ou de mais de 100ha de terra agrícola sem cultivo há mais de 5 anos para agricultura intensiva;

- d) Introdução de novas culturas e espécies exóticas;
- e) Sistemas de irrigação para áreas com mais de 350ha;
- f) Actividades de aquacultura ou maricultura com mais de 100ton. de produção por ano e área equivalente ou superior a 5ha;
- g) Actividades de pecuária intensiva de mais de:
  - 100 000 animais de capoeira,
  - 3000 porcos e/ou 100 porcas reprodutoras, e
  - 500 bovinos e área individual ou cumulativa inferior a 2000 ha (4ha/animal).
- h) Pulverização aérea ou no terreno em áreas, individuais ou cumulativas, superiores a 100 ha.

## 1. Indústria:

### 4.1. Produção e transformação de metais:

- a) Produção e processamento de metais com uma produção superior a 2.5 t/dia;
- b) Tratamento de superfície de metais e plásticos que usem processos químicos ou electrolíticos – volume total das cubas de tratamento igual ou superior a 30m<sup>3</sup>;
- c) Fabrico e montagem de motores e veículos automóveis;
- d) Estaleiros navais com área de implantação igual ou superior a 5ha ou ocupação de linha de costa igual ou superior a 150m;
- e) Fabrico de equipamento ferroviário.

### 4.2. Química:

- a) Tratamento e fabrico de substâncias perigosas classificadas como cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas;
- b) Fabrico de pesticidas;
- c) Fabrico de produtos farmacêuticos;
- d) Fabrico de tintas e vernizes;
- e) Fabrico de elastómeros;
- f) Fabrico de peróxidos;
- g) Produção ou processamento de fertilizantes.

### 4.3. Alimentar:

- a) Fábrica de produção de ração com produção de 2000 t/mês;
- b) Produção de óleos e gorduras animais (produção igual ou superior a 75t/dia) e vegetais (produção igual ou superior a 300t/mês);
- c) Açucareira incluindo o cultivo da cana sacarina.

### 4.4. Têxtil, curtumes, madeira e papel:

- a) Fabrico de papel e cartão;
- b) Lavagem, branqueamento, mercerização ou tintagem de fibras e têxteis;
- c) Fábrica de curtumes;
- d) Instalações para produção e tratamento de celulose.

### 4.5. Borracha:

- a) Fabrico e tratamento de produtos à base de elastómeros.

### 4.6. Indústria extractiva e complementar:

- a) Extracção e processamento de minérios;
- b) Extracção, armazenamento, transporte, processamento e produção de derivados de hidrocarbonetos;
- c) Instalações e complexos industriais e agro-pecuários tais como fábrica de cimento, siderúrgica e coquerias.

### 4.7. Energia:

- a) Centrais hidroeléctricas; térmicas; geotérmicas e nucleares;
- b) Instalações de armazenamento subterrâneo e superficial de gases combustíveis;

- c) Processamento e armazenamento de resíduos radioactivos;
- d) Armazenamento de combustíveis líquidos, fosseis ou sólidos à superfície;
- e) Indústrias de fabrico de briquetes, hulha e lignite com capacidade de produção igual ou superior a 150t/dia;
- f) Linhas de transmissão de energia de 110kV e com mais de 10km de extensão.

### 4.8. Tratamento e deposição de resíduos sólidos e líquidos:

- a) Locais de deposição de lixo Municipal com uma carga de mais de 500 toneladas por dia;
- b) Armazenamento, transporte, tratamento e deposição de lixos industriais perigosos;
- c) Armazenamento, transporte, tratamento e deposição de lixos hospitalares, de hospitais centrais, gerais e provinciais;
- d) Instalações de deposição/tratamento de águas residuais/ esgotos com capacidade para mais de 150 000 habitantes.

### 4.9. Áreas de conservação:

- a) Criação de parques nacionais, reservas, coutadas, áreas de manejo de fauna e áreas tampão;
- b) Exploração comercial de fauna e flora naturais;
- c) Introdução de espécies exóticas de fauna e flora.

## ANEXO II

### Actividades de categoria B

As actividades inseridas nesta categoria diferem das da Categoria A principalmente na escala dos impactos. São em geral actividades que não afectam significativamente populações humanas nem áreas ambientalmente sensíveis. Os impactos negativos são de menor duração, intensidade, extensão, magnitude e/ou significância que as da Categoria A e poucos são irreversíveis. Os impactos resultantes destas actividades permitem uma definição e aplicação de medidas de mitigação, relativamente fácil, pelo que sómente requerem um EAS.

Incluem-se, em princípio, nesta categoria todas as actividades que não constam na Categoria A e na Categoria C.

## ANEXO III

### Actividades de categoria C

São actividades para as quais não é normalmente necessária a realização de nenhum EIA ou EAS uma vez os impactos negativos serem negligenciáveis, insignificantes, mínimos ou mesmo não existentes. Não existem impactos irreversíveis nesta categoria e os positivos são claramente superiores e mais significantes que os negativos.

Incluem-se nesta categoria:

- a) Actividades de assistência técnica auto;
- b) Esquemas de irrigação com área individual ou cumulativa entre 50 e 100 ha;
- c) Hotéis, motéis, casas de hóspedes e pousadas em cidade e vilas;
- d) Criação em pavilhão de animais de capoeira com capacidade entre 1000 e 1500 animais;
- e) Transformação ou remoção de vegetação indígenas em áreas entre 100 e 200 hectares sem regadio;
- f) Torres de telecomunicações de altura inferior ou igual a 15m;

- g) Exploração para, e uso de, recursos de água subterrânea incluindo a produção de energia geotérmica que implique a extração de mais de 200 m<sup>3</sup>/ano;
- h) Instalação de equipamentos dentro de áreas ferro-portuárias já existentes;
- i) Consolidação de linhas férreas;
- j) Reabilitação de equipamento ferro-portuário fixo diverso;
- k) Actividades de construção de parques de estacionamento;
- l) Fábricas de processamento de madeira;
- m) Fábricas de bolachas, massas, biscoitos e doces;
- n) Indústria panificadora;
- o) Infra-estruturas de abastecimento de combustíveis;
- p) Recauchutagem de pneus;
- q) Armazenamento, tratamento, transporte e deposição de lixo hospitalares de centros e postos de saúde e clínicas privadas;
- r) Indústria de conservação de frutos e hortícolas — produção igual ou superior a 300t/dia;
- s) Fabrico de painéis de fibra, partículas e contraplacados;
- t) Fábrica de produção de ração com produção inferior a 1000t/mês;
- u) Sistemas de abastecimento de água e de saneamento, suas condutas, estações de tratamento e sistemas de disposição de efluentes;
- v) Fábrica de processamento da castanha de caju;
- w) Instalação de frigoríficos;
- x) Unidades de purificação de água.



## ANEXO IV

## FICHA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL PRÉLIMINAR

## 1. Nome da Actividade:

\_\_\_\_\_

## 2. Tipo de actividade:

a) Turística ☐ Industrial ☐ Agro-pecuária ☐ Outro ☐

Especifique \_\_\_\_\_

b) Novo ☐ Reabilitação ☐ Expansão ☐

## 3. Identificação do(s) proponente(s):

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 5. Endereço/contacto:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## 5. Localização da actividade:

## 5.1 Localização administrativa:

Bairro de \_\_\_\_\_ Vila \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Distrito de \_\_\_\_\_

Província de \_\_\_\_\_

Coordenadas Geográficas  
(GPS) \_\_\_\_\_

## 5.2 Meio de inserção:

Urbano ☐Rural ☐

## 6. Enquadramento no zoneamento:

Espaço habitacional Verde ☐Industrial ☐Serviço ☐☐

## 7. Descrição da actividade:

7.1 Infra-estruturas da actividade, suas dimensões e capacidade instalada  
(juntar sempre que possível as peças desenhadas e escritas da actividade):

---

---

---

---

---

---

---

## 7.2 Actividades associadas:

---

---

---

---

---

---

---

## 7.3 Breve descrição da tecnologia de construção e de operação:

---

---

---

---

---

## 7.4 Actividades principais e complementares:

---

---

---

7.5 Tipo , origem e quantidade da mão-de-obra:

---

---

---

---

7.6 Tipo, origem e quantidades de matéria-prima :

---

---

---

---

---

---

---

---

7.7 Produtos químicos citados cientificamente a serem usados: (caso a lista seja longa deverá produzir-se em anexo)

---

---

---

---

---

---

---

---

7.8 Tipo, origem e quantidade de consumo de água e energia:

---

---

---

---

7.9 Origem e quantidade de combustíveis e lubrificantes a serem usados:

---

---

---

---

7.10 Outros recursos necessários:

---

---

---

---

---

---

**8. Posse de terra (situação legal sobre a aquisição do espaço físico):**

---

---

---

---

---

**9. Alternativas de localização da actividade:**

(Motivo da escolha do local de implantação da actividade e indicando pelo menos dois locais alternativos)

---

---

---

---

**10. Breve informação sobre a situação ambiental de referência local e regional:****10.1 Características físicas do local de implantação da actividade:**

Planície ☐ Planalto ☐ Vale ☐ Montanha ☐

**10.2 Ecossistemas predominantes:**

Rio ☐ Lago ☐ Mar ☐ Terrestre ☐

**10.3 Zona de localização:**

Zona Costeira ☐ Zona do interior ☐ Ilha ☐

**10.4 Tipo de vegetação predominante:**

Floresta ☐ Savana ☐ Outros ☐  
(especifique) \_\_\_\_\_

**10.5 Uso do solo de acordo com o plano de estrutura ou outra política vigente:**

Machamba ☐ Habitacional ☐ Industrial ☐  
☐ ☐

Protecção  
(Especifique) \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_

(

### 10.6 Infra-estruturas principais existentes ao redor da área da actividade:

---



---



---



---

## 11. Informação complementar através de mapas

- Mapa de localização (a escala conveniente)
- Mapa de enquadramento da actividade na zona de localização (a escala conveniente)
- Outra informação relevante que julgar relevante.

Maputo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200 \_\_\_\_\_

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

Diploma Ministerial nº 189/2004

de 29 de Setembro

O Ministro do Interior, verificando ter sido dado cumprimento ao disposto no artigo 14 do Decreto nº 3/75, de 16 de Agosto, e no uso da faculdade que lhe é concedida pelo artigo 12 da Lei da Nacionalidade, determina:

É concedida a nacionalidade moçambicana, por naturalização, a Agostinho António Gonçalves, nascido a 27 de Novembro de 1945, em Portugal.

Ministério do Interior, em Maputo, 16 de Agosto de 2004. —  
O Ministro do Interior e para Assuntos de Defesa e Segurança na Presidência da República, *Almerino da Cruz Marcos Manhenje*.

### COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Deliberação nº 29/2004

de 2 de Setembro

Concluído o processamento dos dados finais da actualização do recenseamento eleitoral, o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral procedeu ao cálculo do número de mandatos pelo círculos eleitorais, cuidando da eventualidade de se realizar ou não o recenseamento no estrangeiro.

Ao abrigo do disposto no artigo 38 da Lei nº 18/2002, de 10 de Outubro, a Comissão Nacional de Eleições reunida em sessão plenária, delibera:

1. Aprovar os seguintes mandatos por círculo eleitoral, realizando-se o acto eleitoral no estrangeiro.

Círculo Eleitoral	Nº de mandatos
Niassa .....	12
Cabo Delgado .....	22
Nampula .....	50
Zambézia .....	48
Tete .....	18
Manica .....	14
Sofala .....	22
Inhambane .....	16
Gaza .....	17
Maputo .....	13
Maputo Cidade .....	16
África .....	1
Resto do Mundo .....	1

# **ANEXO III**

## **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986**

Publicado no D. O . U de 17 /2/86.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, RESOLVE:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV;

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);

IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;

X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;

XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;

XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);

XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;

XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;

XVI - Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia.

Artigo 3º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do IBAMA, o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.

Artigo 4º - Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza o porte e as peculiaridades de cada atividade.

Artigo 5º - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade ;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes



marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto Ambiental o órgão estadual competente; ou o IBAMA ou quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Artigo 7º - O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

Artigo 8º - Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias,

Artigo 9º - O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo único - O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Artigo 10 - O órgão estadual competente, ou o IBAMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

Parágrafo único - O prazo a que se refere o caput deste artigo terá o seu termo inicial na data do recebimento pelo estadual competente ou pela SEMA do estudo do impacto ambiental e seu respectivo RIMA.

Artigo 11 - Respeitado o sigilo industrial, assim solicitando e demonstrando pelo interessado o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas da SEMA e do estadual de controle ambiental correspondente, inclusive o período de análise técnica,

§ 1º - Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação,

§ 2º - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA,

Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flávio Peixoto da Silveira

(Alterada pela Resolução nº 011/86)

(Vide item I - 3º da Resolução 005/87)

### **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001-A, de 23 de janeiro de 1986)**

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, e o artigo 48 do mesmo diploma legal, e, considerando o crescente número de cargas perigosas que circulam próximas a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais, reservatórios de água e de proteção do

ambiente natural, bem como a necessidade de se obterem níveis adequados de segurança no seu transporte, para evitar a degradação ambiental e prejuízos à saúde, RESOLVE:

Art. 1º - Quando considerado conveniente pelos Estados, o transporte de produtos perigosos, em seus territórios, deverá ser efetuado mediante medidas essenciais complementares às estabelecidas pelo Decreto nº 88.821, de 6 de outubro de 1983.

Art. 2º - Os órgãos estaduais de meio ambiente deverão ser comunicados pelo transportador de produtos perigosos, com a antecedência mínima de setenta e duas horas de sua efetivação, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Art. 3º - Na hipótese de que trata o artigo 1º, o CONAMA recomendo aos órgãos estaduais de meio ambiente que definam em conjunto com os órgãos de trânsito, os cuidados especiais a serem adotados.

Art. 4º - A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Deni Lineu Schwartz